

ANAIS DO
IV SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES
UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA

Organizado pelo PROF. EURÍPEDES SIMÕES DE PAULA

COLONIZAÇÃO E
MIGRAÇÃO

XXXI

Coleção de *Revista de História* sob
a direção do Prof. Eurípedes
Simões de Paula.



São Paulo
1969

ENGENHOS, COLONIZAÇÃO E CRISTÃOS-NO- VOS NA BAHIA COLONIAL (*).

EDUARDO D'OLIVEIRA FRANÇA

Professor de História da Civilização Moderna e Contemporânea da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

I. — PROBLEMÁTICA: COLONIZAÇÃO COMO AÇÃO.

Quando se trata de analisar o *processus* da colonização do Brasil nos primeiros tempos, impõe-se a consideração fundamental de dois aspectos do fenômeno: quais os objetivos dos colonizadores? Quais os agentes da colonização? E' claro que o processo era dinâmico e sujeito a modificações com o correr dos tempos, inserindo-se a obra criadora dos portugueses em conjunturas históricas que sucessivamente se diversificavam. Queremos nos situar apenas nos primeiros tempos, para surpreender os momentos genéticos em seus aspectos quase que experimentais. E, em área restrita, a Bahia.

A colonização do início da época moderna foi um fenômeno essencialmente burguês, e por isso, nela os objetivos de caráter econômico predominavam. Isto não significa, porém, que na colonização não estivessem presentes outras preocupações — políticas, culturais, religiosas e mesmo as militares de preservação patrimonial. Os agentes econômicos eram portadores de uma cultura. Onde quer que se estabeleça, o homem civilizado leva uma carga de civilização da qual não se despoja para ser apenas *homo aeconomicus* e, como essa carga é dinâmica, êsse homem recria ao seu redor civilização como uma totalidade. A colonização apresentava-se assim como um processo global de reprodução — ou de tentativa de reprodução — pela multiplicação de núcleos dinâmicos, da civilização européia. Agências de europeização, a qual aliás não se processava com estrita fidelidade aos modelos, mas com distorções decorrentes da diferenciação dos

(*). — Comunicação apresentada na 6ª sessão de estudos, no dia 6 de setembro de 1967 (*Nota da Redação*).

ambientes, dos ritmos, das composições dos quadros sociais. Impossível, o mero decalque. A colonização não era cópia, era criação.

Sendo a colonização uma empresa coletiva mais ou menos espontânea, iniciada em determinada configuração histórico-social do século XVII, pede-se uma definição do que foi, ou melhor, do que constituiu o desafio, a ação dos homens daquele tempo nos limites de sua carga, então atual, de experiência e de cultura. No instante — primeira metade do século XVI — em que se propôs o desafio às virtualidades de ação dos portugueses, constituía êle um desdobramento e uma superação da atividade até então essencialmente marítima e mercantil que caracterizara a expansão ultramarina.

Até então, salvo a ocupação das ilhas atlânticas, Portugal realizara, com seus marinheiros e mercadores, descobertas e mercancias, freqüentando litorais e rotas oceânicas. O Brasil era algo de nôvo: oferecia um desafio diferente: a colonização, ou seja, a organização da ocupação com vistas à produção destinada ao tráfico oceânico. Não se tratava mais do puro comércio associado ao transporte a partir de empórios costeiros — as feitorias — nem da predação às expensas de populações nativas. Era preciso, para nutrir o comércio e preservar o patrimônio adquirido, juntar ao tráfico marítimo a produção continuada, consolidando-se a ocupação até então meramente simbólica. Não se tratava de substituir a atividade mercantil pela atividade produtora, mas de garantir a regularidade do comércio pela organização da produção. Era um desenvolvimento, de certa forma natural, da própria empresa mercantil. Uma etapa organizatória de indisfarçável caráter empresarial.

Há uma passagem de um plano para outro: do domínio econômico dos mares com suas rotas de comércio apoiadas em feitorias econômico-militares, para o domínio igualmente econômico de áreas continentais apoiadas em estruturas urbanas ou para-urbanas, sustentadas por campos mais ou menos extensos de produção para exportação. O que queremos dizer é que a colonização surgiu no século XVI em função da atividade mercantil oceânica e que, sem êsse prolongamento marítimo, o fenômeno não pode ser compreendido em sua inteireza.

Dada a simbiose colonização-tráfico, duas faces indissociáveis de um mesmo fenômeno da ação do homem do século XVI, pergunta-se qual foi o tipo de homem que aceitou o desafio e empreendeu a tarefa de ocupar efetivamente terras descobertas e organizá-las para a produção que reclamava o tráfico marítimo. Os agentes da colonização. Historiadores existem, que entendem ter sido a Corôa por sua iniciativa e atuação, o agente por excelência da

colonização do Brasil que era afinal patrimônio régio. Atuando-se êste pensamento, dir-se-ia que a colonização teria sido um prolongamento do “capitalismo monárquico”, tão bem estudado por Nunes Dias em relação ao século XV, não fôsse êle exclusivamente mercantil. Outros, como Oliveira Viana, põem em destaque a ação da nobreza que teria sido a pioneira a abrir caminho para o elemento popular meridional, moreno braquicéfalo, mas sedentário que só depois teria emigrado a ocupar os domínios conquistados pelos louros dolicocefalos nortenhos. Descendentes dessa nobreza peninsular colonizadora teriam constituído uma aristocracia senhorial, territorial, detentora, ao depois, de todo o prestígio social e do poder político. A iniciativa régia da repartição do país em capitánias hereditárias, com estatuto residualmente medievalizante, e sua atribuição a gente de extração afidalgada, a posterior seqüência de governadores considerados nobres seriam indício claro do caráter aristocrático — que alguns levam ao extremo de chamar feudal — da colonização do século XVI. A decorrência dessa linha de visão foi tôda uma linhagem de trabalhos, como o de Gilberto Freyre, o maior pela influência que tem exercido, a ver nos senhores de terras, aristocratas, gente fidalga. Para essa atribuição de autoria da colonização muito contribuíram os genealogistas que apanhados pela mentalidade ibérica de superestimação das nobrezas e linhagens, contagiaram os historiadores de um aristocratismo difuso que tende a atribuir ao sangue nobre tudo o que de mais significativo se faz na História.

Pode-se porém perguntar se foram fidalgos os homens ousados que, voluntariamente ou coactos, atravessaram o oceano e vieram estabelecer-se no Brasil. O século XVI, por tôda Europa ocidental é um tempo de ascensão da burguesia, de populações urbanas. Sob disfarce de afidalgamentos, ou ostensiva e persistentemente burguesas, não só absorviam o poder econômico graças ao declínio do primado da agricultura deslocada pela crescente importância das economias urbanas, mas alçavam-se à disputa do poder político ante a progressiva inércia da nobreza acomodada à dependência dos tronos que subvencionavam suas fidelidades amornadas e displicentes. Se o elemento mais ativo e empreendedor na faixa ocidental da Europa, era então o burguês, pode-se perguntar se na deflagração do enorme movimento de europeização dos outros continentes ter-se-ia atido a um papel secundário de coadjuvante da empresa à sombra das nobrezas já no outono de sua história. E a massa popular inquieta mercê de sua progressiva liberação da sofreante dependência senhorial, crescendo em número e em consciência de suas possibilidades de ascensão pela via do enriquecimento e do conseqüente anichamento

na plataforma da burguesia? Qual o papel do elemento popular na obra de povoamento e colonização das novas terras que se iam incorporando ao complexo da civilização cristã-ocidental?

Problema imenso que não se resolve nas dimensões de uma comunicação. Muita pesquisa, de vária natureza, muita documentação e muito refinamento metodológico têm de preceder às respostas. Aqui apenas havemos de abordar com limitados recursos uma amostragem que reputamos significativa: a presença de cristãos-novos na colonização inicial, sob o domínio espanhol, e numa faixa limitada — a Bahia. Uma sondagem, de resultados provisórios, de conclusões restritas. Porque os cristãos-novos constituíam o núcleo mais operoso da burguesia portuguesa lançada sobre o Atlântico e ligada aos meios econômicos continentais. Reencontrá-los, depois que a visão genealógica da historiografia tradicional intentou esquecê-los, é difícil e perigoso, não só porque a verificação da condição de cristão-novo tisna pretendidas frondes genealógicas, mas também porque dados os preconceitos vigentes, calavam os documentos essa condição, acumpliciando-se com o pendor à superação da mácula congênita. Uma conspiração para esquecer e livrar as descendências da fama indesejada. A indiscrição forçosa dos documentos inquisitoriais permite uma revisão das apressadas aristocracias dos primeiros tempos.

O papel dos cristãos-novos, dêsse burgueses ilhados na sua burguesia, há que ser visualizado em duas cenas onde a colonização se desenrolava como *processus* de complementação do *essor* comercial do Atlântico: a Colônia e a Metrópole. Todavia, focalizaremos apenas o cenário americano.

*

II. — O ENGENHO: AGÊNCIA DE COLONIZAÇÃO.

Ao capitalismo comercial europeu que para abastecer seus mercados animava as rotas atlânticas, por largo tempo, bastaram as feitorias embutidas nos litorais por onde se escoavam os produtos tropicais trazidos pelos nativos, à sombra de fortalezas de pedra cujas guarnições defendiam e policiavam o tráfico. Pequenas capelas, brancas e tristes, asseguravam a persistência do Cristianismo ainda militante — marco de fidelidade, quando português era sinônimo de cristão. Na África. No Oriente.

O Brasil porém, alongando a parca experiência insular atlântica, oferecia a partir da primeira metade do século XVI desafio de natureza diversa; no quadro de diversa conjuntura econômica. A feitoria

podia servir à obtenção do pau-brasil e de coisas exóticas recolhidas na selva pelos índios, bem como para afugentar o contrabando. Mas os mercados reclamavam quantidades crescentes de outros produtos, especialmente o açúcar, em fluxos regulares. Não mais viagens periódicas de coleta de produtos exógenos; impunha-se a ocupação permanente da terra para fazê-la produzir com regularidade. Terra imensa, raramente povoada por gente nômade, inconstante e imatura para o manejo do solo e para o trato, sempre pronta a mercadejar com os aventureiros do mar cuja ronda pelas enseadas era ameaça freqüente e concorrência indesejada. A apetência dos mercados que aumentava era um convite à ocupação efetiva, ao povoamento europeu, à implantação de uma exploração sistemática. Impunham-se investimentos que assegurassem cargas certas e abundantes para os navios. A colonização era um imperativo do próprio desenvolvimento do comércio atlântico.

As descobertas de terras e de rotas de navegação seguiu-se o estabelecimento de uma economia mercantil predatória, mas com o aumento da segurança e da regularidade das viagens advinha nova etapa de progressão com vistas ao abastecimento do tráfico. Novo desafio se apresentava depois do triunfo sobre o desconhecido: em áreas distantes e agrestes, a organização do espaço inculto e de estruturas sociais e econômicas capazes de relações comerciais ao nível de uma economia capitalista de mercado. Em lugar de feitoria onde, à espera de barcos europeus se acumulava a coleta indígena nos sertões, unidades de produção certa e regular.

Essas unidades novas foram os engenhos, na acepção mais ampla da palavra, fórmula de colonização que permitia superar a usura de elementos europeus e a refratariedade dos nativos ao trabalho continuado, associando-os na ocupação produtiva do solo. A resistência do indígena forçou à escravidão e à importação de braços. Algo de híbrido, mixto de rural e urbano, de agrícola e industrial, combinando o trabalho livre e o assalariado, a economia monetária e a economia natural. A estrutura viável no encôntro entre culturas desniveladas — a solução colonial.

As vilas e cidades que então se erigiram, menos que soluções colonizadoras, eram centros de polarização e coordenação dos multiplicados núcleos de colonização que eram os engenhos constelados a seu redor. Atuavam como bases administrativas, como mercados intermediários de distribuição, e sobre tudo como portos. Solução européia transplantada, apesar das adaptações, resultaram distróficas, quase artificiais na paisagem, sangradas em suas funções especificamente urbanas, funcionavam meio vazias, razoavelmente mal.

As unidades por excelência de nucleamento demográfico e econômico que irrigavam a vida colonial foram os engenhos, ou as fazendas, como solução ao desafio da nova etapa de desenvolvimento do capitalismo atlântico. Os engenhos e fazendas criavam as vilas que sem êles não passariam de burgos podres. Neste sentido, o estudo da colonização do Brasil, sobretudo nos primeiros tempos, há de centrar-se na história das rêdes de engenhos e fazendas mais que na crônica da sementeira de vilas tardígradas e mediocrizadas na dinâmica da colonização por carência de funções urbanas (1).

A Corôa empenhada na defesa do patrimônio territorial e na colheita de rendimentos fiscais, interessava-se pela fundação de cidades e vilas, quadro próprio para abrigar estruturas de govêrno, civil e militar. Não se dispunha a investir capitais no Brasil. Nem sequer enviava, como o fazia em direção ao Oriente, navios armados às expensas do Erário em busca de mercadorias. Contentava-se à prática parasitária da contratação dos estancos, o que não exigia a mínima inversão de capitais, nem a expunha a quaisquer riscos. Às iniciativas dos particulares foi largado o Brasil: êstes criavam engenhos e fazendas e os proviam de homens e equipamentos. Isto era colonizar. Do Rei, na Bahia, sômente aquêle engenho de São Bartolomeu, em Pirajá, construído sôbre o que restou da iniciativa frustra do insulano João de Velosa, e que, ao depois existiu sempre arrendado. O Rei o mandara fabricar para animar os plantadores de canas (2).

No processo de europeização distinguem-se três momentos progressivos: o da descoberta, o da conquista e o da colonização. Na linha geral são sucessivos, mas em detalhe, podem ser paralelos ou intermitentes. Lógicamente a descoberta precede a conquista, e esta à colonização. Fugamos porém aos esquemas. Há recidivas. A conquista recomeça onde reações indígenas ameaçam a colonização; as penetrações continentais acarretam descobertas. No Brasil litorânea-mente descoberto, atenuou-se a conquista devido ao fraco poder de reação do indígena à usurpação branca. Seus sucessos, ainda que reais como aconteceu em Ilheus e Pôrto Seguro onde desalojaram engenhos, foram efêmeros.

A distinção entre os dois últimos momentos tem implicações de caráter político-social. Na conquista, fundamentalmente militar, o pa-

(1). — Quando se pensa na ulterior fôrça política e prestígio social dos senhores de engenho e fazendeiros, na impotência das cidades face ao mandonismo, percebe-se melhor a importância histórica dêsses núcleos fundamentais da colonização.

(2). — V. Alvará de 5-10-1555 in *Documentos para a História do Açúcar, I*, pág. 121.

pel maior é da Corôa e da fidalguia que a serve, ainda que no segundo plano esteja o mercador burguês a prospectar interesses. Na colonização que o tráfico predatório prepara, apesar da cobertura militar que reclama, a tônica é dada pelos mecanismos econômicos, e o grande personagem é o burguês que investe capitais e recolhe lucros. A colonização é uma superação da conquista: ao predório sucede o organizatório, com seu compromisso de continuidade e de definitividade. A conquista juxtapõe patrimônio ao pré-existente, a colonização integra-o.

Descoberta, conquista, colonização constituem configurações históricas sucessivas sobre uma mesma realidade material geográfica que se vai modificando, como paisagem e como imagem. A descoberta é a terra que se sabe existir, a conquista é a que se ocupa *manu militari* e que se explora sob forma predatória, mediante violência, coação ou sedução dos naturais, e a ela correspondem as feitorias que marcam um apossamento simbólico, ainda quando acarretem a submissão formal de soberanos locais e a servilização dos nativos. A colônia é a terra ocupada cultural e economicamente com transmutação dos estilos de vida e redefinição das estruturas sociais, mediante a absorção e recondicionamento das populações indígenas, ou através de seu recalçamento ou eliminação. A ela correspondem unidades de nucleamento dos colonizadores: no caso do Brasil, o engenho ou a fazenda.

No Brasil, a conquista foi breve, a colonização demorada. Não raro, intercalaram-se os dois momentos conforme os imperativos da penetração territorial e os ritmos da expansão. O bandeirismo foi uma solução sintética: descobrimento, conquista e colonização. Marca a passagem da maritimidade da expansão portuguesa para a continentalização. Em nova configuração ecológica, uma reiteração abreviada das etapas fundamentais. Aconteceu também na África.

A passagem da conquista à colonização, deu-se no Brasil sob a égide da Corôa, pela instituição das capitânias, princípio organizatório da colonização. A capitania marcou uma retirada parcial do Rei da exploração da conquista e uma transferência, com reservas, da iniciativa da colonização aos particulares, preservando-se o poder político-militar, apesar das delegações contidas nos forais. A promoção da colonização que exigia investimento de capitais transitava do poder régio para a iniciativa particular, respeitado o *jus eminens* do Trono.

O desafio da colonização pressupunha desde logo a partilha das terras entre particulares. Da terra e dos braços nativos coercitivamente associados à empresa, como escravos ou administrados. Os jesuitas, ao reclamarem a liberdade dos índios tornaram-se elementos de perturbação do sistema, pois criavam a figura do nativo livre que se

marginalizava em relação às estruturas econômicas ao ser absorvido apenas culturalmente e a produzir para si próprio. A sesmaria não logrou no Brasil o seu contrapêso humano — o *repartimiento*. Sem braços não se configurava a unidade de colonização — o engenho.

A repartição das terras acelerava o estabelecimento de condições de segurança, e em consequência, o próprio processo de repartição, e constituía um convite à fixação. Os que vinham porém, em geral, chegavam para enriquecer e voltar, com o mesmo espírito do mercador que viajava para ganhar, e não para povoar. Abriu-se então um duelo entre a instabilidade e a permanência, que aliás se refletia na humanização da paisagem, entre o provisório e o definitivo. Entre os barracos ou tabas recobertos de pindoba no estilo da fase predatória e a casa de taipa de pilão ou de pedra e cal. Alternavam-se no cenário. No fim do século XVI, Gabriel Soares ao arrolar engenhos e fazendas no Recôncavo, registrava os que eram de pedra e cal, o que nos permite supor que os demais seriam ainda de pau a pique, barracões de pindoba, casas de caboclo de taipa de sopapo. Na própria cidade, revela-nos o Livro Velho do Tombo de São Bento, persistiam as casas de palha dos herdeiros de Catarina Álvares. Nas construções religiosas a mesma precariedade: ermidas de palha que antecederam às igrejas de pedra e cal, coladas aos engenhos ou solitárias pelos outeiros. Traduções de um estado de espírito, a par com a indigência do artesanato local e com a carência de recursos para construções mais sólidas. Compunha-se uma paisagem pioneira: a taba indígena concorria com a casa européia.

O povoamento se processava nas áreas de maior segurança com tendências à dispersão imposta pelo parcelamento das terras. A cidade, criação política, constituía uma solução de condensação defensiva. Crescia apesar do artificialismo de sua ereção: centro administrativo, mercado e pôrto. Comércio e artesanato. Serviços. Mais espontâneas surgiam, ao redor das igrejas, ao longo do Recôncavo, as freguesias a responder pela busca de convivência, em tórno da função religiosa. Inestudadas. Atividades artesanais e pequeno comércio seriam as daqueles que não aderindo às unidades de produção, acostavam-se às igrejas rurais.

Tudo porém girava em tórno das unidades de produção — o engenho, a fazenda, e mais raros os currais. Produção para exportação — marca essencial da economia colonial, indispensável para se compreender o *processus* de colonização. Para a burguesia comercial que subsidiava a colonização, o que importava era a produção do açúcar. Pouco lhe importava o estabelecimento de um nôvo mundo europeu tropical e a expansão da civilização cristã. O povoamento e a fixa-

ção que acarretavam a montagem de uma nova sociedade surgiam como uma decorrência da organização da produção em base estável. O engenho com seu séquito de fazendas constituía essa base, e nele e em torno dêle agrupavam-se os indivíduos numa atividade remuneradora. Não eram a vida e os rendimentos da existência o que se vinha buscar atravessando o ceano: era a riqueza. Eventualmente, a segurança para os fugitivos.

Os que emigravam eram em geral jovens solteiros de menos de 30 anos, buscando iniciarem-se na vida ativa antes do casamento. Os casados que vinham quase sempre deixavam atrás as famílias. Uniões provisórias com índias ou mamelucas podiam induzi-los à permanência. Essa juventude dos elementos traduzia aventura, experimentalismo, provisoriedade. Capítulo em branco na história da colonização: a crônica dos retornos daqueles que enriqueceram e daqueles que se decepcionaram. Os degredados tão malsinados, êsses tendiam à fixação ainda que compulsória — eram fatores de continuidade.

A propriedade do engenho constituía um fator de estabilização e permanência — de colonização portanto. Os donos de engenho, também êles retornavam enriquecidos: homens como Brito Freire, como Diogo e Antônio Lopes Ulhoa, Baltasar Pereira, João de Barros Cardoso, e talvez outros cujos nomes desapareceram dos registros coloniais como Vasco Rodrigues Lobato, Lopo Fernandes d'Elvas ou Luís de Figueiredo, mas constituem exceções. Aquêles homens abastados em geral não eram, desde o início, chefes de famílias que por inteiro emigrassem — o que parece ocorrer com os que vinham das Ilhas tangidos por dificuldades econômicas ou políticas ou os que vinham a serviço da Corôa. A maior parte dos senhores de engenho casava-se na terra — tradução de uma disposição de permanência. Casados com moças da terra, eram em 1584-1592: André Fernandes Margalho, Antônio Dias Adorno, Antônio Lopes Ulhoa, Antônio Nunes Reimão, Baltasar Pereira, Bartolomeu Pires, Belchior Dias Porcalho, Cristovam de Barros, Dinís Gonçalves Varejão, Diogo Correia de Sande, Diogo da Rocha de Sá, Domingos da Fonseca Saraiva, Fernão Ribeiro de Sousa, Francisco de Aguiar, Francisco Dias, Gabriel Soares de Sousa, Gaspar Dias Barbosa (?), Gaspar Fernandes (?), Jorge Antunes, Martim Carvalho, Pero de Novais, Sebastião de Faria, Simão da Fonseca, ao todo 24 num total de 50 senhorios de engenho e casas de meles censeados para aquelas datas. Dos restantes: outros eram solteiros ainda, poucos eram certamente casados em Portugal ou nas Ilhas. Apenas 7, sendo entretanto que de 16 não pudemos apurar ou o casamento ou a procedência da mulher.

Os engenhos não só constituíam os núcleos da colonização, mas ainda contribuíam para a estabilização dela, como fator de continuidade. Quando os próprios mercadores, por natureza itinerantes então, se faziam donos de engenhos estavam conquistados para a terra. Sua descendência provavelmente ficaria no Brasil.

*

III. — ENGENHO: MICRO-CIDADE.

O engenho foi, em boa parte do Brasil, a resposta ao desafio da colonização. Indústria rural dispersa pelo imperativo do transporte, da distribuição da água motriz, pela necessidade de lenhas, e não propriamente pela partilha das terras de canaviais, embora se associasse às atividades rurais, visando a absorver a produção dos lavradores, não podia deixar de ter como teve uma ação de condensação do povoamento. Dispersando-se os engenhos na paisagem, eles tiveram um papel de condensadores de populações — de certa forma, a função que teriam as aldeias e vilas. Substituíram as aldeias rurais européias. Atuaram como mini-centros urbanos. Seu casario, visto de longe, lembrava um agrupamento citadino a contrastar com o verdume dos arredores como a cada passo mostra Gabriel Soares ao descrevê-los. Seu sentido, apesar de seus prolongamentos agrícolas, era eminentemente urbano.

E' o que revela a análise de suas funções (3): econômicas, militares, religiosas, administrativas. Do ponto de vista econômico, o engenho era uma unidade de produção industrial. Podia cuidar de seus próprios canaviais e cultivos de subsistência, mas podia não os ter, e adquirir a cana e os gêneros dos lavradores dos arredores, isto é, podiam dissociar-se o engenho e a sesmaria. A posse desta era uma garantia da continuidade do abastecimento pelos agricultores de alguma forma dependentes. Unidade industrial, era também um centro de consumo: consumo da produção agrícola de sua área e de produtos importados de vária espécie. Menos que com a cidade do Salvador, transacionavam os mercadores com os engenhos — para eles traziam suas mercadorias e com eles tinham os seus negócios. Projetava assim o engenho sua ação sobre o mundo rural do qual, pela natureza de suas atividades, se distinguia — não era uma fazenda.

De outro lado porém, dependia do centro urbano definido, compondo sua área maior de influência, sua rede urbana. Dependia do

(3). — A caracterização do urbano e rural faz-se hoje pela análise das funções, em geografia e em sociologia urbanas.

governo urbano e sobretudo do mercado de trabalho urbano onde buscava oficiais para seus serviços. Dependia sobretudo da praça e do pôrto do Salvador. Da praça aonde com as frotas afluíam os mercadores a comprar e a vender, onde estavam os comissários de comerciantes europeus, onde tinha seus caixeiros para os negócios, seus letrados para as pendências ante os juizes. A produção era encaminhada para os paços ou trapiches junto ao pôrto de onde era embarcada para os mercados europeus. O Salvador era um centro urbano redistribuidor, a capturar o fluxo de todos os pequenos portos e embarcadouros dos engenhos, ao longo do Recôncavo. Centralizava o movimento comercial. E fiscal, porque alí estava a Alfândega.

Essa dupla dependência do campo e da cidade, do abastecimento e da exportação, dava à economia do engenho o seu típico traço de economia aberta, de economia colonial. E o definia numa hierarquia de urbanização como algo de para-urbano em sua dispersão pelo espaço geográfico. Situava-se, na mecânica da economia, entre o campo e a cidade. Nem rural, nem urbano: rururbano, para aplicar-se-lhe um neologismo dos geógrafos e sociólogos. Foi com o crescimento e multiplicação dos núcleos urbanos e das vias de transporte que os engenhos acabaram quando não nuclearam vilas e cidades, por se incrustar no mundo rural — não eram assim definidos nos primeiros tempos.

Tiveram êsses engenhos primitivos uma função militar de defesa. Não só contra os índios bravos, mas também contra os corsários dadas as suas posições circunvizinhas do mar. O engenho era uma unidade armada de artilharia e casa forte, inclusive, porque a lei assim o determinava (4) e porque a necessidade o exigia. Implantou-se em tôrno de uma tórre cercada de varandas onde residia o responsável por êle: seu dono ou feitor. Na tórre recém-construída e de varandas ainda inacabadas do engenho de Sergipe, residia em 1572 Simão de Sá que geria o engenho do governador seu tio (5). Na tórre do engenho de Diogo Lopes Ulhoa, no Paraguaçu, morava em 1618 seu sobrinho e feitor André Lopes Ulhoa (6). A tórre significava defesa contra o índio hostil. E lá dentro juntavam-se os corpos d'armas, espingardas, espadas, pólvora, arcos e flexas como se vê no espólio de

(4). — V. Regimento de 17-12-1548 in *Documentos para a História do Açúcar*, vol. I, pág. 57.

(5). — “Um baluarte telhado e cercado de pau a pique derredor onde mora Simão de Sá”. V. Inventário de Mem de Sá in *Documentos para a História do Açúcar*, vol. III, pág. 61.

(6). — V. Confissão in *Segunda Visitação do Santo Officio* separata dos “Anais do Museu Paulista” T. XVII (1963) pág. 499.

Mem de Sá. E tinha tropas próprias pagas (7). Na sua versão primitiva, enfrentando inseguranças, o engenho era também uma praça de guerra, ainda que rudimentar e precária. Mas bastante forte para manter o respeito à indiada que apesar disso não raro os destruía como aconteceu ao próprio engenho de Sergipe, ao engenho de Nicolau Soares no Jaguaripe, e aos engenhos de Pôrto Seguro despovoados pelos aimorés.

O armamento dos engenhos, distantes léguas do centro defensivo do Salvador e obrigados a proverem sua resistência em caso de ataque, poderia sugerir similitudes com os castelos medievais. Pobres e frustrados castelos de barro e palha, normalmente desarmados por falta de recursos militares ou por relaxamento de seus possuidores. Mas principalmente porque, salvos os sobressaltos de eventuais descidas dos indígenas do sertão com suas correrias e santidades agressivas, muito rapidamente na Bahia o clima se tornou em geral de segurança. A fase armada dos engenhos não parece ter sido longa. Descuido fatal em outras capitânicas menos felizes que se despovoa-

Esta função para-militar de auto-defesa, imperativo do caráter ram quase por completo face às arremetidas dos nativos. Aliás a disseminação dos engenhos na paisagem acompanhava a pacificação das áreas (8).

invasor da colonização branca, se não era uma função urbana no passado medieval, concorria para atrair para a sombra protetora do torreão armado, as populações brancas, mestiças ou de índios fiéis, população dos arredores que, como na Idade Média européia, nos momentos de perigo vinham-se refugiar em suas capelas ou dentro de suas cercas ou palissadas (9). Razão para não residirem longe desse refúgio ante o perigo sempre possível, dando, em conseqüência, ao engenho uma ação quase urbana de nucleador do povoamento. E teve, essa função, uma decorrência mais duradoura, de natureza social: o responsável pelo engenho, proprietário ou feitor, investiu-se de mando militar. A princípio de maneira eventual, inclusive, convocando os seus homens para participar da defesa coletiva, como aconteceu com

(7). — No seu engenho no rio Una, Sebastião da Ponte mantinha soldados seus.

(8). — V. Pinho, Vanderlei: "História de um engenho do Recôncavo" (Rio de Janeiro, 1946).

(9). — "... e estando este gentio assim alevantado, êle confessante mandou gente de armas para o fazerem vir do sertão com a qual gente se vio grande parte do gentio... e êle confessante consentiu que o dito gentio se aposentasse em uma aldeia dentro da dita sua fazenda onde é morador e nela se aposentou o gentio..." Confissão de Cabral de Ataíde in *Confissões — 1592*, pág. 28. Mandou Domingos Fernandes Nobre, o mameluco Tomacauna (pág. 87).

tantos deles nos primeiros tempos: Sebastião de Faria, Margalho, os Rodrigues da Cachoeira e outros. Sem contar que eram eles que se botavam para o sertão em expedições punitivas que davam pretexto ao apresamento de escravos: Cristovam de Barros, os Rodrigues da Cachoeira. Com o tempo foram investidos de comandos nas milícias e foram os capitães do século XVII como por exemplo Antônio Dias Adorno, Agostinho de Paredes, os Brito. Esses capitães de cuja descendência viriam os poderosos coronéis dos tempos seguintes. Essa componente militar do mandonismo que marcou por séculos a sociedade brasileira teve sua origem nesses defensores de tôrres de engenho, na luta contra o índio e o corsário. A dispersão da propriedade rural e seu distanciamento dos centros de govêrno sempre militarmente fracos e de pouca mobilidade fizeram o resto, permitindo a institucionalização do sistema de pulverização do comando da defesa da terra. O engenho se desencastelou quando os perigos de ataque desapareceram, mas a autoridade militar não mais foi devolvida. Nem quando entre esses prestigiosos capitães ruralizados definiu-se para o comando urbano a figura por vêzes quase dinástica do capitão-mor das vilas e cidades, esses alcaides sem castelos nem muralhas, mas não menos prepotentes que seus precedentes metropolitanos. Civis militarizados, positivamente não foram militares civilizados.

A essa função de defesa para si próprios e para os moradores das redondezas juntava o engenho atribuições de caráter administrativo, porque também o govêrno se atomizava. As autoridades coloniais implantadas no torvelinho de um mundo de pioneiros decididos a triunfar a qualquer custo — mundo de aventureiros, de fugitivos, de degradados que se misturavam com os que vinham impulsionados pela vocação colonial ou tangidos pela necessidade, com meios escassos de ação e presos ao intervencionismo de um govêrno metropolitano de tendências centralizadoras e autoritárias, resultavam pouco atuantes sem iniciativa e de pouco poder de mando. Situação que se agravava pela curta temporariedade das investidas e pelo temor de desagradar. Autoridades que tinham pressa de voltar. Desde os primeiros governadores gerais. Ou as autoridades absentéistas dos donatários das capitâneas, cujos lugares tenentes viviam intimidados pelos seus próprios mandantes, pelo governador geral e seus funcionários, pelo govêrno metropolitano. Autoridades sem autoridade, sem autonomia sequer para designar funcionários subalternos que as fiscalizavam mais do que por elas eram fiscalizados, sua ação resultava frágil e inoperante. Não se empenhavam em dilatar seus poderes quando logo ao fim de três anos teriam de voltar. Nem sequer de preservá-los. Com as aparências se contentavam, dispostos a disputar com

bispos e desembargadores as precedências em público, nas procissões ou tribunais. Mas isso era tudo, a autoridade efetiva necessária para a preservação da ordem social multipartia-se aceita e buscada por todos nas pessoas dos homens ricos do qual tantos dependiam economicamente e que detinham funções militares locais. Fôrça de mando e riqueza preparavam a usurpação sem contestação, e até desejada, dos donos de engenhos. A dispersão das unidades, as distâncias, a precariedade do sistema de transportes, a inércia da justiça, a inexistência de polícia organizada, tudo se combinava para a transferência, de fato, de funções administrativas que o centro urbano oficial não tinha condições para exercer, para os engenhos. O senhorio sôbre os escravos, que de resto possuíam também os lavradores sôbre os seus, associado ao poder disciplinar sôbre os assalariados, o uso efetivo do mando sem oposições, investia o homem do engenho de autoridade de govêrno que o próprio govêrno se resguardava de contestar. Sua presença na administração municipal, ou de parentes protegidos seus, dava-lhe ascendente no próprio meio urbano. Assim podiam os donos de engenhos exercer sem contraste funções patriarcalizadas de administração em largas faixas de povoamento. Exerciam funções de polícia e de justiça sôbre os escravos, e abusivamente, por extensão, sôbre os homens livres, aos quais, nos rebates, comandavam como capitães. No ambiente eram fáceis os excessos de homens como Fernão Cabral de Ataíde ou André Fernandes Margalho que, dizia-se, faziam matar ou queimar escravos. Ou como Sebastião da Ponte que por açoitar homem livre acabava seus dias nas prisões do Limoeiro. Ou como Gabriel Soares que desafiava as leis capturando e vendendo índios, como denunciavam os jesuítas.

Pulverizava-se o poder de mando. Era uma decorrência natural da dispersão do povoamento, mas era, sobretudo, decorrência da vitalidade dos engenhos — e, ao depois, das fazendas — na orgânica da colonização. Pode-se falar na ação dos governadores gerais, dos capitães-mores e seus lugares tenentes, ou das câmaras municipais. O govêrno que atuava de fato sôbre as populações fora do círculo urbano, era o dos senhorios de engenho. Govêrno de uma aristocracia costuma-se dizer. Govêrno de uma burguesia, de homens de emprêsa que copiavam o autoritarismo dos senhores europeus. E que, com o correr dos tempos pleiteavam distinções e privilégios de fidalgos, o que quase sempre podiam comprar. O que não conseguiam, e isso é sintomático, por grandes que fôssem suas fortunas, era obter títulos de nobreza. Havia limites para a ascensão dos burgueses e de sua descendência. De outro lado, há a notar-se que, embora usurpassem de fato a autoridade, nunca lograram institucionalizá-la na legislação.

O mais que obtinham eram patentes militares, ou investidas camerárias que desprezavam e que os nivelavam aos cidadãos urbanitas. Ao costume, à situação de fato, a lei metropolitana jamais reconheceu e a originalidade político-administrativa da vida colonial não se consagrou. Existiu, apenas. E isto é tudo historicamente.

Funções religiosas tinha-as o engenho. Sua capela e seu capelão subsidiado pelo senhorio dêle, o que lhe dava uma anômala independência dentro da hierarquia eclesiástica, dispensavam os moradores de procurar as igrejas urbanas para suas devoções. O batizado, o casamento, o óbito, — a existência e o estado civil resolviam-se no âmbito do próprio engenho que se furtava à jurisdição estranha. Uma auto-suficiência espiritual. Certo, podia-se freqüentar a igreja da cidade, para as festas mais significativas. Todavia a capela do engenho supria plenamente as necessidades das consciências e ainda atraía os moradores dos arredores. Por isso cresciam as capelas em dimensões e importância, e algumas delas muito cedo rivalizariam com as igrejas paroquiais e outras se erigiam em freguesias como a de Nossa Senhora do Rosário em Matoim no engenho de Sebastião de Faria, a de Nossa Senhora do Socorro em Passé, e outras para os lados do Paraguaçu e do Jaguaripe. Também no plano da espiritualidade os engenhos se comportavam como estruturas urbanas ou quase urbanas.

Esse caráter de unidade quase urbana dos engenhos como núcleos de colonização distintos destacava-os de qualquer semelhança com estruturas feudais ou senhoriais. Havia nascido numa conjuntura de aceleração da urbanização na Europa ocidental e recebiam para organizá-los não homens egressos de castelos ou mansões rurais, mas empresários em geral citadinos que ansiavam pelo clima urbano. Inviável a solução tipicamente urbana no quadro da vida colonial, sendo imperativa a dispersão e a ocupação com deficitários contingentes demográficos, os engenhos resultaram meio urbanos, meio rurais, com seu casario, sua capela, sua residência senhorializada. Marca de raízes urbanas numa situação rural: a indústria era geralmente urbana, o cultivo da cana forçosamente rural, e o engenho associava as duas formas de atividade. Similitude com os burgos ao redor de castelos? Nem material, nem social. A mentalidade e os costumes e relações eram outros. Aquí, a experiência de vida urbana era o antecedente: uma tentativa de ser cidade no campo. O burguês, o urbana por definição, muita vez antigo mercador, presidia ao engenho. Uma vila unicelular.

Assim aquêles que emigravam para explorar engenhos, e mesmo aquelas grandes fazendas que com êles rivalizavam a ponto de em dado momento se transformarem elas próprias em engenhos, ao se

inserir no processo de colonização não se desurbanizavam de todo. Podiam deixar as cidades metropolitanas sem se exporem a uma ruralização forçosa, porque colonização não era sinônimo de vida rural. Burgueses, mercadores, contratadores e funcionários da Corôa podiam fazer-se senhorios de engenho, adquirirem águas e terras, sem se exporem, na dispersão, às solidões rurais. Face às distâncias que se interpunham em relação à cidade, o engenho era uma fórmula intermédia. Isso explica a fácil adaptação dos burgueses às novas condições de vida que a colonização propiciava, da mesma forma que isso se explica pela mentalidade burguesa dos primitivos senhorios de engenho.

*

IV. — O CRISOTROPISMO DOS CRISTÃOS-NOVOS.

Da burguesia portuguesa, o elemento mais ativo e empreendedor eram os cristãos-novos que dominavam a vida econômica do país. Impedidos praticamente de imobilizarem seus capitais em investimentos imobiliários, expulsos da agricultura em consequência, seus capitais ganhavam mobilidade no comércio e na finança. Os mais pobres viviam do artesanato urbano e de profissões liberais. Os que podiam, por via de utilização de estruturas familiares, multiplicando graças aos parentescos, agências por tôda a parte e em vários setores, atravavam-se ao tráfico. Manipulavam o câmbio o que assegurava para seus capitais uma plasticidade internacional que além de lhes proporcionar lucros em várias etapas da circulação comercial, lhes garantia uma defesa permitindo-lhes migrar quando ameaçados. Seu supranacionalismo os libertava de fidelidades estritas e de rígidos compromissos e limitações de caráter nacional. Para êles o enriquecimento era uma forma de defesa.

Contra os cristãos-novos, vistos em suas heresias, como elementos de desagregação da unidade do reino que o absolutismo reclamava, na medida em que se identificava a unidade dos súditos com a unidade das consciências no catolicismo, constituiu-se o Santo Ofício da Inquisição. Ainda que não tenha sido formalmente transplantada como instituição para a Colônia, a Inquisição acabou por ter não pequena importância na história da colonização, na medida em que manipulava a vida dos elementos mais atuantes da burguesia mercantil que direta ou indiretamente financiava a empresa colonial.

Com seus processos de heresia, com os confiscos, com as exações dos perdões, ou simplesmente com as ameaças de rigores, a Inquisição constituiu-se em máquina de pressão responsável em grande

parte pelas saídas de cristãos-novos e de capitais rumo à Colônia, como aliás em outros rumos também. Descapitalização de Portugal, costuma-se denunciar no passivo do Santo Ofício. Isso porém significava migração de capitais para a Colônia, e no século XVII já era a economia do açúcar que sustentava a Metrópole. O crescimento dessa economia beneficiava o Reino. Evasões de capitais para as áreas da Europa setentrional? Decerto. Mas êsses capitais eram envolvidos no comércio atlântico e tôda a vida econômica do Brasil dêle era função. A descapitalização por essa via resultava aparente.

Os fluxos migratórios de homens e de capitais ficavam na dependência das flutuações da política da Corôa em suas crônicas dificuldades financeiras. Porque o problema deixava de ser de consciência. Seria longo enumerarem-se as leis e ordens régias que se sucederam pelos séculos XVI e XVII, desde a proibição de saídas, de retirada de bens, até as quase expulsões compulsórias, entremeadas de perdões totais ou parciais negociados na base de largos subsídios arrancados aos cristãos-novos, confundidos os bons católicos e os judaizantes na mesma obrigação de pagar a tranquilidade e a segurança por algum tempo. Estudo a se fazer êsse das relações entre as múltiplas oscilações da política inquisitorial da Realeza e as oscilações da migração de cristãos-novos para o Brasil associadas às intensificações ou depressões da colonização. Às chegadas de cristãos-novos autorizados ou fugitivos, conforme às disposições dos momentos, deviam corresponder mudanças nos ritmos da colonização, do povoamento, dos investimentos. Inclusive alterações na afluência de escravos negros, cujo tráfico era objeto de contratações nas quais estavam empenhados interesses de capitalistas cristãos-novos que transacionavam com a Corôa.

A Inquisição entretanto não era a responsável necessária pela mobilidade dos cristãos-novos uma vez que êstes tendiam a afluir para as áreas onde se condensassem as perspectivas de prosperidade econômica. O que chamamos crisotropismo. A atração da riqueza. Já cansado problema o indagar-se se os judeus foram os criadores do capitalismo, dado que onde êles se concentravam ocorria um surto de desenvolvimento econômico, tal como pensava Sombart, ou se, como argumentaram seus contraditores, vinham êles na esteira aberta pela intensificação do progresso econômico usufruir dessa prosperidade. Não é aqui lugar para a discussão do problema da autoria ou da gênese do capitalismo: apenas a participação dos cristãos-novos no desenvolvimento em uma área pioneira de colonização. Sua presença na economia do açúcar: vanguarda criadora ou aderentes de um movimento de condensação da exploração de gêneros tropicais? Pequeno

na amostra histórica de um fenômeno enorme: a gênese do capitalismo.

A colonização moderna, marcada por impulsão predominantemente econômica e na qual outros móveis — demográficos, políticos, religiosos, militares — convergem, mas têm menor impacto, se processou em uma conjuntura histórica eminentemente burguesa. Desde o século XV, em todo o mundo ocidental assiste-se a uma verdadeira efervescência de busca de riqueza acompanhada por um *rush* de elementos sociais novos que se deslocam inelutavelmente nos espaços sociais, contagiando-se todos os setores da vida coletiva, dessa mobilidade e dessa mentalidade em transformação. Há um emburguesamento coletivo — um programa de enriquecer ao qual nem os reis escapam, nem o clero, nem a nobreza, nem o povo. Uma corrida aos negócios, diretamente, ou por interpostas pessoas. Essa tendência se avoluma gradualmente num processo de difusão. A riqueza, a pouco e pouco, erige-se em critério de escalonamento social a concorrer com o nascimento, com o serviço ao Trono, com as hierarquias tradicionais.

Excluídos ou marginalizados dos quadros, hierárquicos tradicionais, apesar de suas conversões, reais ou fictícias, ao Cristianismo, os cristãos-novos, sobretudo na Península Ibérica, voltavam-se para as atividades de natureza econômica, essencialmente urbanas. Imperativo de sobrevivência e de anichamento numa sociedade em geral hostil. Quando êsse desencadear de atividades econômicas floresceu estavam êles envolvidos no processo, e quando êle frutificou em projeções coloniais era fatal que se deixassem arrastar pelo movimento global.

Se não eram os autores do *processus*, autoria de determinação difícil, eram coniventes, e por suas posições não poderiam alheiar-se aos seus desdobramentos. A colonização moderna tem um caráter claramente empresarial. Implicava desde o início em empenho de capitais. Se os cristãos-novos participavam, na Península e fora dela, dêsse espírito de emprêsa e eram figuras centrais no mercado europeu de capitais, e do tráfico marítimo à distância, era lógico e fatal que participassem dos desdobramentos mundiais da economia européia. Burgueses por coerção e por vocação, aspirantes a apagar essa condição pelo envernizamento de fidalguias compradas, quando a exploração do mar e das terras descobertas se tornou o caminho mais desempidido para a riqueza, êles buscaram essas terras novas, de sociedade nova onde as prevenções e pressões tendiam a se atenuar. Certo haveria os que vinham fugidos ou degredados, mas era a linha dos interesses, dos negócios rendosos que principalmente os induzia a

buscarem voluntariamente, e não raro, ao arrepio das proibições contra as quais clamavam, as rotas coloniais. Como contratadores, na África, como armadores de navios na Índia, como mercadores de açúcar no Brasil. Dessa forma participavam das flutuações da economia atlântica à qual davam o melhor de suas iniciativas e de seu espírito de organização. No Brasil, amanhecem com o trato do ibirapitanga com Fernão de Noronha, e daí por diante acompanham os fluxos da economia colonial.

De passagem, diga-se porém, que sua ação não se limitava a cumprir um destino de mercadores apenas. Havia os que eram artesãos: ourives, alfaiates, sapateiros, barbeiros. E os que se instalavam em profissões liberais: médicos (surgições) e advogados. E quando os cristãos-velhos capazes permaneciam na Metrópole, êsse “surgições” e letrados cristãos-novos, por iniciativa própria ou coagidos pelas circunstâncias, ousavam aventurar-se ao desconhecido colonial. E na terra nova, graças ao afrouxamento dos preconceitos, acabavam por se insinuar em tôdas as esferas: no clero, na vida militar, em postos de govêrno. E na propriedade de terras. Ao fim estavam em tôda a parte confundidos com os velhos-cristãos, casados nas melhores famílias, esquecidos de suas marcas de origem. A democracia colonial assimiladora por excelência, estaladas as fronteiras dos prejuízos tradicionais, era dinâmica e triturava uma ordem social que em vão se intentava reproduzir.

Beneficiavam-se os cristão-novos em seu crisotropismo, de sua adaptabilidade em todos os meios e do cosmopolitismo plástico do gênio de sua raça. Eles estavam em tôda a parte, o que lhes permitia, mobilizando as afinidades, internacionalizar seu comércio e sua atuação na exploração do Atlântico. Estavam em Portugal, estavam nas Ilhas oceânicas, estavam na África, estavam nos Países-Baixos, em Hamburgo, nos portos franceses, na Itália. Essa multi-presença lhes permitia múltiplas combinações. Na colonização, a Metrópole mantinha a direção da política econômica, das Ilhas vinham as técnicas da fabricação do açúcar, da África, o braço escravo, e os países europeus eram os mercados consumidores. Não há mistério em perceber-se que os cristãos-novos inspiravam a administração colonial, tinham terras e engenhos nas Ilhas onde também mantinham comissários seus em pontos de *relais* para a navegação transatlântica e negócios de vinhos e trigo; arrematavam contratos de escravos na costa africana dos quais dependia tôda a economia colonial, e colocavam nas praças européias a produção dos engenhos graças às conexões das casas portuguesas com as demais.

A viabilidade da colonização que não era no país descoberto um processo autônomo, autárquico, *en vase clos*, dependia das conexões com o exterior e dos mecanismos de funcionamento da vida econômica. Não bastava aportarem os colonos na Bahia, pedirem terras, caçarem índios, e plantar e moer canas. Nada era tão simples assim. A colonização pressupõe mecanismos de promoção e sustentação. Inclusive e principalmente, dada a sua natureza voluntária e empresarial, capitais a serem investidos. Isso compreenderam desde logo os próprios donatários das capitânias que sabiam que não podiam povoar para povoar, fundar cidades para existirem cidades. Havia de criarem-se estruturas dinâmicas — a ocupação não podia ser gratuita e sem horizontes. Havia de ser uma ocupação com perspectivas econômicas. Havia que investirem-se capitais para produzir, produzir para vender com lucro, vender para comprar e produzir mais, e assim por diante, promovendo-se o desenvolvimento da ocupação. Empresas. E empresas significavam investimentos e organização. Montagem de mecanismos que permitissem a circulação dos bens econômicos a produzirem-se ou a consumirem-se. Percebe-se que a simples instalação dos homens da terra não significava colonização porque a terra não ia produzir para o auto-consumo. Era empresa para produzir para enriquecer os empresários e estes não eram necessariamente colonos. Os colonos sem o saber eram instrumentos de estruturas mais ou menos poderosas que permaneciam na Metrópole. Sim, é preciso penetrar-se no óbvio: toda a Colônia é de uma Metrópole, existe em função da Metrópole, rende para a Metrópole, não para si própria. Sem a retaguarda metropolitana com seus interesses, com suas iniciativas com suas estruturas administrativas, não há falar-se em colônias. As colônias pertencem a um sistema de gravitação econômica: sem a atração estelar da massa de interesses metropolitanos, desgarrar-se-ia recaído no seu primitivismo original. A colonização civiliza, mas a civilização, a criação de civilização não é um objeto gratuito ou humanitário. Ninguém monta uma fazenda para embelezar a paisagem, sanear os brejos ou dar emprego às populações. Nem o Estado com sua impessoalidade. Uma fazenda, uma colônia.

Para os homens de negócio uma colônia era uma dádiva. Quando uma colônia promissora se iniciava, logo depois de algum tempo superados os temores das primeiras experiências, afluíam os mercadores em revoada. Após a fundação do Rio de Janeiro como a posição oferecia perspectivas estimulantes, aí se concentravam já em 1567

mais de 150 mercadores (10). Enquanto escrevemos a História do Brasil quase que apenas com documentos oficiais, administrativos, os mercadores escapavam ao registro dos historiadores. Já os assentos do Santo Ofício alteraram a idéia que se tinha da composição da população branca: na Bahia os homens de negócios eram proporcionalmente numerosos na cidade. E seu número tendia a aumentar. E entre eles, os cristãos-novos parece que predominavam, e alguns eram poderosos, e mesmo temidos (11). Dêles era a mais rica das confrarias religiosas (12). E seu prestígio e força advinha-lhes não só das atividades comerciais, mas também da arrematação das rendas fiscais, principalmente dos dízimos.

Não se circunscrevia ao âmbito do mundo colonial sua esfera de ação. E isso lhes dava uma grande plasticidade e liberdade, apesar das prevenções residuais. O grande comércio conservava suas estruturas familiares tradicionais. Associavam-se pais, filhos, irmãos, sobrinhos numa mesma organização mercantil, e distribuíam-se por várias áreas onde houvesse interesses, mantendo-se as ligações entre eles. O parentesco era uma presunção de fidelidade. Na Metrópole ficava o centro de direção. Com o florescimento da economia do açúcar, a Bahia incorporou-se ao sistema. Agentes nos portos portugueses: Pôrto, Viana, Vila do Conde. Agentes na Holanda e na Flandres, agentes na Ilhas, na África. A Bahia recebia comissários ou feitores para a mercancia ou para a execução dos contratos, para a administração dos negócios. Sua permanência parece que, em geral, era temporária. “Estantes na cidade”, chamam-nos os textos do Santo Ofício. Também eram cometas os dizimeiros dos contratos fiscais, ou os executores dos *asientos* africanos. Geralmente eram sobrinhos jovens solteiros que começavam a carreira da fortuna mercantil. Vinham para voltar, embora, ao cabo, nem todos regressassem.

A colonização estava ligada aos ritmos do tráfico marítimo. Seu sentido não era então continental. Estendia-se ao longo das rotas de navegação: estiolava-se quando as tangenciava. Eram pois o mercadores que circulavam no Atlântico que a vitalizavam. Sua ausência,

-
- (10). — “Lí em uma carta que de lá veio, que havia já nêle 150 e tantos mercadores e que os mais dêles tinham já suas mulheres”. C. do Pe. Baltazar Fernandes a 5-12-1567. In Leite (S.), *Monumenta Brasiliae*, IV (Roma, 1960), pág. 424.
- (11). — “... ninguém se atrevia a repreender aos denunciados delas por serem muito soberbos e poderosos na terra...” *Denunciações*, 1618, in “Anais da Biblioteca Nacional”, nº 49, pág. 163.
- (12). — V. Confissão de Antônio Mendes in *Segunda Visitação do Santo Ofício*, in “Anais do Museu Paulista” T. XVII (São Paulo, 1963). Separata, pág. 362.

a ausência de frotas compradoras, significava a estagnação, o desânimo, a detenção dos entusiasmos. Os que vinham, pequenos negociantes de aventura ou agentes de casas poderosas, abalavam-se da Europa em vária condição. Como os colonos. Uns vinham espontaneamente movidos pela esperança de enriquecer depressa e retornar às famílias. Homens casados que deixavam atrás espôsa e filhos. Outros chegavam já trazendo a família: vinham começar vida nova impulsionados pelas dificuldades ou misérias da existência que renegavam. Para aquêles primeiros tempos não é fácil descobrir êsses voluntários da colonização que se expatriavam para recomporem vida nova. Havia os que vinham por obrigação, em geral, a serviço da Corôa, a desfrutar cargos na Colônia — cargos administrativos, fiscais, judiciários, eclesiásticos, militares. Muitos ficariam definitivamente. Não poucos desertariam da vida colonial, promovidos ou decepcionados. E havia ainda aquêles que vinham coercitivamente. Degredados pela justiça civil ou inquisitorial ou fugitivos dela, os quais muitas vêzes, ao depois, não podiam ou não ousavam retornar a Portugal. Os cristãos-novos que a sedução do tráfico colonial atraía não seriam, quanto às motivações, diferentes dos demais. Nem todos viriam espontaneamente em busca de negócios. Alguns vinham pela obrigação de servir à casa da família em um pôsto de sacrifício, por algum tempo. Outros vinham fugitivos ou condenados — êstes sobretudo acabariam intimidados pelas dificuldades do retôrno, enraizando-se na terra.

Há que distinguiem-se as categorias dêsses mercadores, cristãos-novos ou não. Para o comércio que se fazia no ritmo das frotas, comércio itinerante de mascates do mar, vinham os mercadores de ida-e-vinda. No mar, nos navios passavam boa parte de sua vida. Em cada navio que apresavam, apanhavam os corsários certo número dêles que viajavam acompanhando suas mercadorias. Ou que eram senhoriais ou mestres dos próprios navios mercantes que funcionavam como lógeas itinerantes. Êstes não eram povoadores, não cogitavam de se estabelecerem na terra — mas eram partícipes importantes da colonização. Batedores do mar, era ao mar que povoavam durante meses e meses, e sua presença na Colônia, ainda que efêmera cada ano, era estimulante da colonização. Seus interêsses, suas compras e vendas, seus financiamentos pelas concessões de créditos, sua rêde de compromissos, sua atuação como intermediários entre mercados resultava colonizadora, apesar da descontinuidade de sua presença física.

Outros eram os comissários e feitores — agentes de empresários ausentes na Metrôpole que não se arriscavam à travessia do

Atlântico. Havia os feitores de grandes proprietários de sesmarias ou de engenhos que vinham administrar patrimônios ou base territorial. Os feitores de Álvaro da Costa, dos Condes de Linhares, do Conde de Castanheira. Os feitores dos Lopes Ulhoa, dos Brito Freire (13). Nem todos eram modelos de honestidade. Frei Vicente refere-se às artimanhas verbais de Tomás Alegre, feitor do donatário de Ilhéus, para não prestar contas a seu comitente (14); anos depois vamos encontrá-lo dono de formoso engenho no Recôncavo (15). A administração de um feitor — Sebastião Barbosa, em 1677, quase levou à ruína um dos engenhos dos Brito Freire e por pouco não liquidou o patrimônio baiano da família que se transferira para a Metrópole, onde com destaque servia ao Rei Francisco de Brito Freire (16).

A ação dos feitores de sesmarias era substitutiva de colonizadores absenteístas. Administração de propriedades, sem atuação criadora. Alguns foram meros agentes de vendas de terras de sesmarias para fazendas e engenhos. Outros, feitores mores de engenhos, como parece ter sido André Lopes Ulhoa em relação aos engenhos do tio que vivia em Lisboa. Mais importantes eram os feitores ou comissários de mercadores metropolitanos ou de contratadores da Corôa. Permaneciam, pelo menos durante algum tempo na Colônia na gestão de negócios de vulto, e dêles dependia grandemente a vida econômica de muita gente. Não só negociavam com os engenhos e fazendas, comprando açúcares para a chegada dos navios, mas supriam-nos de equipamentos e escravos. Se agentes de percepção de tributos, era dêles que dependia a execução dos contratos dos dízimos nos quais se baseava tôda a administração colonial e dos quais saíam os redízimos dos donatários das capitâneas. Saíam muitas vêzes das famílias do mercador ou do contratador: irmãos ou sobrinhos. Sobretudo, sobrinhos.

Outros eram os grandes mercadores chamados mercadores de sobrado que, conforme o montante de suas fortunas, tinham privilégios como se fidalgos ou letrados fôssem. De sobrado, cuja lógea ficava ao rés-do-chão, mas que faziam negócios de monta e eram figuras de respeito e consideração. Magnatas, muitas vêzes dadivosos e beneméritos como cidadãos de prol e chamados para as contribuições de serviço da Corôa e para os conselhos nos momentos graves.

(13). — Em 1618 era feitor dos engenhos de Vasco de Brito Freire, o cristão-novo Diogo Pires Diamante. *Denúncias de 1618*, pág. 164.

(14). — Frei Vicente, *História do Brasil*, pág. 113.

(15). — Soares de Sousa (Gabriel), *Notícia do Brasil* (Rio de Janeiro. Edição de Pirajá da Silva), I, pág. 280.

(16). — V. docs, in *Brasília*, vol. IX (1955) pág. 180-181.

Emparelhavam-se com os proprietários de terras e engenhos, e os casamentos eram freqüentes entre filhos desses mercadores e os de gente afidalgada. Nos magros quadros urbanos eles deviam avultar em importância e a eles sobretudo andavam presos os donos do engenho e lavradores. Alguns desses poderosos mercadores retornaram muito ricos a Europa onde tiveram ainda destacado papel. Duarte da Silva, que Vieira conheceu mercador na Bahia e de quem foi amigo depois, veio a ser o financiador da Revolução de 1640, graças sobretudo a suas conexões holandesas, e apanhado pelo Santo Ofício, sua prisão provocava uma total retração aos créditos de D. João IV nos mercados setentrionais, e quando do casamento da princesa com o rei da Inglaterra, foi ainda ele que financiou as primeiras prestações do prometido dote acompanhando a nova rainha à Inglaterra, de onde não mais quis sair. Diogo Dias Querido que era na Bahia bastante rico para emprestar 30.000 cruzados para o governador Francisco de Sousa sair de suas dificuldades (17), trasladou-se depois para a Holanda, onde com nome judeu que adotou, chegou a ser uma das principais figuras da nação judia do norte e financiador de empresas marítimas dos neerlandeses. Mercador de relêvo era Pero Dias cuja descendência inseriu-se na constelação de proprietários de engenhos. Era Pero Garcia em cuja descendência há donatários de capitâneas. Era Francisco Fernandes, da Ilha, capitão proprietário de terras e engenho que se casou em família afidalgada, com Clara de Sande (18), matrona de raros dotes e enorme ascendência em seu meio. Esses mercadores de sobrado, tanto quanto os grandes proprietários, quando na terra permaneceram, foram fundadores de dinastias de gente de projeção e prestígio no mundo colonial. Eram fortunas e sua descendência se aparentava com cristãos-velhos que podiam invocar estirpes e nomes em livros d'El Rei.

Às centenas eram os mercadores de vara-e-côvado, os pequenos negociantes que espalhados em suas lógeas viviam do comércio de varejo. Vendiam para a cidade, forneciam para engenhos e fazendas, e alguns começando modestos logravam enriquecer e sua descendência ao pleitear fidalguias tinha embaraços com a "mecânica" dos avós. Porque estes não fruíam privilégios e eram equiparados aos oficiais mecânicos. Suas lógeas equivaliam às tendas dos artesãos. Dentre eles saíam os vendedores ambulantes: os mascates do futuro. Eles viviam às turras com a almotaceria das câmaras que fiscalizavam seus negócios com a gente do povo. Eram por excelência os distribuidores dos produtos de importação: dos vinhos, da farinha de trigo, do

(17). — Frei Vicente, *História do Brasil*, pág. 284.

(18). — Jaboatão, *Catálogo Genealógico* in "RIHGB", T. LII, pág. 181.

sal, dos tecidos e confecções. Mas não desdenhavam receber em açúcares para exportá-los também. Conhecemos mal os mecanismos de sua atuação — a mediocridade de suas transações os condenava ao anonimato como gente do povo. Alguns nomes sobreviveram ao acaso graças aos registros do Santo Ofício.

A presença de mercadores cristãos-novos, aliás ao lado de outros que eram bons cristãos-velhos, embora vital para a economia da colonização, não significa que fôssem urbanitas irreversíveis e que apenas a mercância os atraía às terras de colonização. Mercadores, por certo, mas não irremediavelmente mercadores ou perceptores de impostos. Se na Metrópole as precauções e a legislação que as refletia os arredavam da posse da terra e em consequência da agricultura, gerando o preconceito de sua nenhuma vocação para o amanhã da terra, aqui, na atmosfera colonial êles reencontravam as oportunidades perdidas e se reconciliavam com o solo. Podiam, na Bahia e alhures possuir imóveis e os desejavam, trasladando-se do comércio para outras formas de atividade econômica. Êste o fenômeno que principalmente desejamos acentuar porque dá outras dimensões à sua participação na colonização do Brasil. Senhores do tráfico, intentarão instalar-se em tôdas as plataformas do mecanismo da economia colonial do açúcar. Sua absorção posterior com o mascaramento da condição de cristãos-novos apagou sua presença em outros campos. Os preconceitos genealógicos conspiraram nêsse sentido, isto é, para acentuar os esquecimentos. Os papéis da Inquisição nos permitem recomençar uma história interrompida.

*

V. — DE MERCADOR A SENHORIO DE ENGENHO.

Testemunhava em 1586 Gabriel Soares referindo-se aos engenhos do Rio de Matóim:

“... a mão direita, por um braço acima, está o famoso engenho de Paripe que foi de Afonso de Tôrres e é agora de Baltazar Pereira, mercador” (19).

Eis o mercador, o homem de negócios, sucedendo a outro, no senhorio de um dos maiores engenhos do Recôncavo. Era de Ponte de Lima, de onde passara para o Brasil em 1560. Êste engenho fun-

(19). — *Notícia do Brasil* (ed. Pirajá da Silva), I, pág. 277. “Baltazar Pereira, mercador” registrava-se em contas do Espólio de Mem de Sá, in “Docs. para a História do Açúcar”, III, pág. 444. A êle se refere Jaboatão, no “Catálogo Genealógico”: “mercador em Lisboa, moço da câmara”, “foi o opulento em cabedais”. págs. 191, 220, 236, 238-9.

dado por Afonso de Tórres, fôra de Jorge Gomes de Lamego morador em Lisboa antes, e depois em 1589 Baltazar Pereira o vendeu a Antônio Vaz e êste a Gaspar Pereira, o Velho. Uma seqüência de mercadores. Casou-se Baltazar Pereira, na Bahia, com D. Maria, fidalga filha do alcáide-mor Antônio de Oliveira Carvalhal e chegou a moço da câmara del-rei (20). Biografia de um cristão-nôvo mercador em Lisboa que se faz, por compra, senhorio de engenho; enriquecido, ingressa em família fidalga, regressa a Portugal e acaba afidalgo êle próprio. Não é uma história única. E' uma carreira freqüente na crônica da colonização.

Mercadores senhorios de engenho encontramos ainda no tempo de Gabriel Soares: André Fernandes Margalho, Antônio Lopes Ulhoa e seu irmão Diogo Lopes Ulhoa, Antônio Nunes Reimão, Francisco de Aguilhar (contratador de dízimos), Francisco de Araújo, Gaspar Fernandes da Fonseca (?), Gaspar Pacheco, Jorge Antunes (filho do mercador Heitor Antunes), Lopo Fernandes d'Elvas, Manuel Ferreira, Miguel Batista, Tomás Alegre, Tristão Ribeiro. Em cêrca de 50 senhorios de engenhos, muitos dos quais ignoramos a procedência e que podiam também ter sido mercadores, nada menos de 14 o foram certamente, 28% portanto.

Em uma relação de 40 senhorios de engenho referidos na Visitação de 1618, pelo menos 10 haviam sido ou ainda eram mercadores: Dinís Bravo, Diogo Lopes Franco, o Velho, Diogo Lopes Ulhoa, Francisco Ribeiro, Manuel Rodrigues Sanches, Pero Garcia, Simão Nunes de Matos, Mateus Lopes Franco, Agostinho de Paredes (filho de mercador), Baltazar Ribeiro. Nada menos de 25%.

E' pois significativa a presença de mercadores no quadro dos senhorios de engenho. Tôda uma história de mudança social, de plasticidade do meio colonial.

Em suas mãos, tinham os mercadores o destino dos engenhos. Eles os equipavam, forneciam-lhes escravos, compravam-lhes os açúcares, custeavam as safras pela concessão de créditos. Esta situação lhes dava inegável ascendente sôbre uma clientela prestigiosa. Eram ricos em cabedais, mas lhes faltavam o prestígio e a fôrça que advinham da posse da terra e do mando ostensivo sôbre dependentes.

A atmosfera colonial porém abria horizontes: mercadores de certa condição de fortuna podiam transitar da mercancia para a agricultura e para os engenhos. Adquirindo-os ganhavam estabilidade na terra e se comprometiam mais sólidamente no processo de colonização. Sob a égide da mercancia, desenvolveram-se os engenhos que,

(20). — Jaboatão, *loc. cit.*

desde as origens, direta ou indiretamente foram empresas de homens ligados ao tráfico atlântico, ao qual sua produção devia alimentar.

Desde as origens, é uma constante a presença do mercador no quadro dos engenhos. Na Bahia ou fora dela. O engenho dos Erasmos em São Vicente, o primeiro da Colônia, deveu-se a um clã de mercadores — os Schetz. Os primeiros da Bahia, realizados ou apenas iniciados, fundaram-nos João de Velosa, insulano de biografia desconhecida e Afonso de Tôrres, este capitalista de família de mercadores, ao que parece, de procedência castelhana. O primeiro engenho que sabemos ter funcionado na Bahia, sob Duarte da Costa, foi do provedor-mor Antônio Cardoso de Barros, donatário frustrado que ao acompanhar Tomé de Sousa tinha capitais e relações para armar e carregar seu próprio navio. Com sua morte trágica, este engenho em Pirajá ficou para o filho legítimo João de Barros Cardoso que, vendendo-o, se retirou para a Metrópole.

Para o sul, os primeiros engenhos de Ilhéus foram do capitão-mor Jorge de Figueiredo, homem ligado aos meios financeiros de Lisboa. Negociou capitania e engenhos com Lucas Giraldes (21), homem de finança internacional que chegou a ter 8 engenhos, cujo filho já afidalgado quase veio a ser governador geral. Daquêles engenhos de Jorge de Figueiredo foi feito Tomás Alegre, mais tarde ele próprio senhorio de um engenho no Recôncavo.

Os capitães mores com engenhos pretenderam colonizar suas capitanias, e isto significava inversão de capitais; capitais em geral procedentes do tráfico do Atlântico, pessoais ou levantados em Portugal. Pero do Campo Tourinho era de Viana, o que já diz alguma coisa, e “muito visto na arte de marear”, informa Frei Vicente (21a.). Francisco Pereira Coutinho “fidalgo mui honrado” enriquecera na Índia, como também Vasco Fernandes Coutinho. História a se fazer esta dos primeiros capitais da colonização, o que equivale dizer, dos engenhos iniciais.

Da iniciativa de burgueses do tráfico terão surgido os primeiros engenhos da Bahia. Infelizmente não temos a cronologia deles — mas alguns dos primeiros senhorios de engenho eram ligados à burguesia reinol. Além do de Antônio Cardoso de Barros, o engenho de Sergipe foi instituído por Mem de Sá na sesmaria do filho. Não sabemos se o governador tinha marca de cristão-novo: sua mentalidade e sua conduta eram de comerciante. A publicação de seu espólio veio revelar-nos que tinham razão os que dêle se queixavam por mercadejar na Colônia: navios seus peçados de mercadorias chega-

(21a.). — *História do Brasil*, pág. 111.

(21). — Sobre Giraldes ver Rau (Virgínia), in “Estudos Italianos em Portugal” (Lisboa, 1965), nº 24, reeditado in “Estudos Históricos” (Lisboa, 1968), pág. 75 e segs.

ram ao Salvador na véspera de sua morte, mercadorias que foram entregues a um mercador Antônio Fernandes para vender. E o engenho foi arrendado judicialmente a outro mercador — Lopo Fernandes d'Elvas. E com êle vieram vários cristãos-novos entre os quais seu médico — mestre Afonso Mendes.

Dêsses cristãos-novos foi Heitor Antunes mercador e rendeiro dos dízimos que erigiu engenho em Matoim e que fez vir a família, Ana Roiz e as filhas que em 1591 foram apanhadas pela Inquisição. Filhas suas casaram-se com senhorios de engenho: Sebastião de Faria e Henrique Muniz Teles. Sócio seu no contrato dos dízimos, Francisco de Aguilar também teve seu engenho — o do Castelhanao — no Recôncavo.

Este início mercantil dos engenhos parece indicar um processo de investimento de capitais do comércio na criação dos engenhos. A sesmária não era o germe necessário deles: nada comprova que titulares de grandes sesmarias das primeiras quando se enraizaram na Colônia tenham sido forçosamente donos de engenhos. Se fidalgos, faziam-se grandes agricultores — Simão da Gama de Andrade e Antônio de Oliveira Carvalhal em suas sesmarias vizinhas do Salvador não parecem, ao contrário do que se pensa, terem fundado engenhos. O mesmo se pode dizer de Egas Muniz Barreto, pouco mais tarde; filhos seus, sim, foram senhorios de engenho, embora não todos. Ao fidalgo latifundiário, talvez faltassem capitais para engenhos.

Mercadores faziam-se donos de engenhos: obtinham águas ou as compravam em lugares propícios e podiam fundar engenhos e promover o plantio de canaviais nas terras correspondentes. Alguns se faziam primeiro lavradores, grandes lavradores, e ao depois, graças aos ganhos do açúcar e ao crédito obtido com outros mercadores de suas relações, ousavam fabricar o próprio engenho. Esta parece ser a história do mercador Manuel de Paredes, lavrador em 1591, e senhor de engenho em Passé em 1618. Filho seu, que na mocidade lutara com corsários, senhorio de engenho, já capitão da freguesia, um dos chefes da resistência aos holandeses em 1624, Agostinho de Paredes, tornou-se figura de prestígio e respeito, esquecida sua condição de cristão-novo. Também parece ser a história de Dinis Bravo, lavrador e foreiro nas terras do engenho do Conde, acabou por adquirí-las na Ilha de Cajaíba, onde fundou engenho, e filha sua casou-se com afidalgado senhorio de engenho fronteiro. Já seu irmão Pascoal Bravo, igualmente mercador, parece que não logrou passar de lavrador. Como ficou grande lavrador Antônio Gomes Vitória. Como não chegou a senhorio de engenho o riquíssimo Pero Dias apesar de seu casamento em família de senhorios de engenho.

Certo, nem todos os senhorios de engenho se recrutavam entre antigos mercadores. Com os elementos que temos, sequer podemos afirmar fôsem a maioria. A obtenção de terras não seria fácil quando fôsem também cristãos-novos. E' possível que essa infiltração se tenha acentuado sob os Filipes. Reação à política inquisitorial que instabilizava os capitais na Metrópole. Conjuntura atlântica: maior procura de açúcares quando os engenhos insulanos se desorganizavam, disponibilidade de capitais que se desinteressavam pelo tráfico das especiarias cada vez mais inseguro e abalado pela concorrência árabe-veneziana, associados ao aumento da segurança na rota do Brasil.

Na segunda metade do século XVI, testemunhavam mercadores que era o açúcar a mais interessante das mercadorias de comércio (21b): no seu crisotropismo intuitivo, os mercadores cristãos-novos orientavam seus capitais e intêresses para suas áreas de produção, e seus agentes passaram a freqüentar a Bahia. Alguns dêsses agentes acabaram, êles próprios, por adquirir para sí mesmos, ou talvez para seus comitentes, não sabemos, engenhos no Recôncavo. Lopo Fernandes d'Elvas no Paraguaçu, Simão Nunes de Matos, na Ilha de Maré são exemplos. Vindo pessoalmente, ou não, os mercadores financiavam a empresa colonial.

Paralelamente intensificava-se outra fonte de ganhos, o tráfico de negros, mais uma razão para estimularem os mercadores a instalação de engenhos, ampliando-se o mercado. Faltam dados estatísticos da afluência de mercadores e feitores à Bahia; mas as idades dos que aparecem depoentes no Santo Ofício e a freqüência das referências aos elementos *estantes* na cidade indicam uma intensificação dêsse afluxo no comércio do século XVII. Com recursos trazidos ou adquiridos tratavam de obter terras ou engenhos, condição de maior segurança.

Como chegavam à posse de terras e engenhos? Os elementos conhecidos, na falta de registros de sesmarias e de transações imobiliárias, reduzem as certezas. Questão relevante: envolve o conhecimento da procedência dos capitais da colonização, inclusive o da auto-capitalização no processo. Mercadores enriqueciam: compra e venda de açúcares, de escravos, de equipamentos, e eventualmente, de moedas de prata trazidas por peruleiros e a prática da usura. Que os lucros maiores se evadissem para as grandes casas da Metrópole seria fatal: os ganhos da venda do açúcar eram devorados pela compra de escravos da Guiné, de equipamentos especialmente de cobre,

(21b.).— Vide Gentil da Silva (J.), "Marchandises et Finances" (Paris, 1959-1961). 2 volumes. *Passim*.

de mercadorias de consumo — têxteis e gêneros europeus. Situação visível no inventário de Mem de Sá em 1572. Ou nas contas do engenho do Conde, anos depois. Pena que não tenhamos ainda livros de contas de mercadores.

De várias formas transitavam êstes para a constelação dos senhorios de engenho. Pela compra de engenhos. Pela compra de águas e fundação dêles. Pela cobrança de dívidas acumuladas. Por via de casamento com filhas de senhorios: dotes ou heranças.

O engenho de Santa Cruz de Tôrres foi, vimos, comprado por mercadores sucessivos: Diogo Gomes de Lamego, Baltazar Pereira, Antônio Vaz, Gaspar Pereira. Era um dos mais antigos e poderosos engenhos do Recôncavo e dêle dependiam numerosos lavradores. Vendido foi também o antigo engenho fundado em Pirajá por Antônio Cardoso de Barros. Lopo Fernandes d'Elvas, de uma dinastia de mercadores, comprou no Paraguaçu o engenho que teve: provavelmente um dos que foram de Antônio Dias Adôrno.

Diferente, o caso de Dinís Bravo. Era, com o irmão Pascoal Bravo, originário do Pôrto, chegados ambos à Bahia no comêço do século XVII. Mercadores, assim aparecem na Visitação de 1618. Adquiriram terras na sesmaria do engenho do Conde, e foreiros, forneciam canas cativas ao engenho dos Jesuitas e como tais figuram em suas contas. Dinís Bravo, de meação com outros adquiriu terras na Cajaiba e aí erigiu seu próprio engenho, libertando-se da dependência. Manuel de Paredes, em Passé, é caso semelhante: mercador, lavrador e afinal, senhorio de engenho.

Os engenhos viviam carregados de dívidas: testemunhos do tempo. Como as queixas dos senhorios e a legislação deixam entrever, os credores reclamavam os engenhos em pagamento. Sobretudo em anos ruins. Os engenhos sacavam demasiado: escravos e ostentação de padrões fidalgos de vida. Epidemias, fugas, ataques de índios, sêcas, quedas de cotação do açúcar significavam insolvabilidades e em consequência perda do engenho. Os casos deviam ocorrer. Sômente um caso concreto conhecemos de engenho que parece ter sido alienado em consequência, de dívidas a mercador, e não para êste: o do engenho de Nossa Senhora das Candeias em Pitanga — o engenho do Silveira nos mapas — vendido por Bernardo da Silveira a D. Filipe de Almeida para pagamento de débito a Afonso Mendes de Leão, que peto nome parece cristão-nôvo. D. Filipe, também, carregado de dívidas, vendeu em 1643 êste engenho aos Jesuitas (22).

Aos mercadores solteiros enriquecidos, proporcionava o casamento oportunidade de se inserirem em famílias de destaque na per-

(22). — *Documentos Históricas*, vol. 43, pág. 268 e segs.

meável sociedade colonial e de chegarem à posse de engenhos. O caso de Manuel Rodrigues Sanches é típico. Mercador, cristão-nôvo notório, casou-se com D. Brites, filha do fidalgo Bernardo Pimentel de Almeida, que serviria ao Prior do Crato e se refugiara em 1584 no Brasil, onde se casara com D. Custódia, filha de Sebastião de Faria e neta do cristão-nôvo Heitor Antunes, todos senhorios de engenho. Pela morte do cunhado Agostinho Caldeira recebeu Rodrigues Sanches o belo e cobiçado engenho de Nossa Senhora do Rosário — ao depois, da “Freguesia”, em Matoim. Este engenho pelo segundo casamento de D. Brites veio a ser de João Pais Florião, o desabusado castelhano que chegara com a frota restauradora de 1625. Mais sugestivo ainda foi o caso de Pero Garcia, aventureiro do mar e mercador que, mercê de seu casamento com Maria de Araújo, viúva do potentado Baltazar de Aragão, chegou a ter nada menos de 4 engenhos, tornando-se uma das figuras mais respeitadas do Salvador, pela qual, já velho, deu a vida lutando contra os holandeses.

Estas passagens da mercância para o senhorio de engenhos parecem acentuar-se no começo do século XVII. Em textos da Visitação de 1618 certos indivíduos aparecem qualificados ora como mercadores, ora senhores de engenho, declinando-se às vezes ambas as condições. Diogo Lopes Franco ou Simão Nunes de Matos, por exemplo. Sinal da recentidade da mudança e de que a condição de senhorio de engenho ainda não difundia nenhum aristocrático prestígio que ofuscasse a respeitabilidade da condição de mercador rico e poderoso. Este fato indica principalmente uma clara bivalência de funções. O mercador, ao adquirir o engenho não renunciava às atividades mercantis. Antônio Nunes Reimão “mercador e lavrador” tinha sua casa de meles em Pirajá e sua lógea no Terreiro de Jesus.

Esta duplicidade de funções econômicas permitiria, eliminando-se a mediação de quaisquer mercadores estranhos, duplicarem-se os ganhos: como produtor e como intermediário, venderia diretamente à Metrópole seus açúcares; o mercador, dono de engenho, compraria seus escravos e equipamentos sem dar ganho a outrém. Esbôço aliás de uma concentração vertical, que, em geral, se supõe não ter ocorrido naqueles tempos: agricultura, indústria e comércio pelo mesmo indivíduo. Não seria de surpreender que armasse também seus navios, ganhando nos fretes, como parece fazia aquele fabuloso Baltazar de Aragão, com seus engenhos no Paraguaçu, o Bangala, cuja fortuna, além do casamento com a herdeira de Francisco Araújo, parece ligar-se ao tráfico africano. Aliás, este Francisco de Araújo recebia navio do sul carregado de pau brasil.

A acumulação de atividades propiciaria ao colono, como lavrador, a colheita de canas e gêneros de subsistência na sesmaria, como

industrial, o fabrico do açúcar no engenho, como mercador, as transações de açúcar, escravos, equipamentos para si mesmo e para outros. onde necessário, poria feitores. Talvez tenha sido esta a fórmula das fortunas de Francisco de Araújo (também dono de currais), de Baltazar de Aragão, de Pero Garcia. Ou dos Lopes Ulhoa. Bivalência é ainda a de Simão Nunes de Matos: mercador, agente na Bahia dos contratadores do tráfico africano, que adquiriu engenho na Ilha de Maré, possivelmente o de Bartolomeu Pires que terá descido a lavrador em Matoim, já que lá vivia em 1618. Base para negócios de escravaria? E' possível.

Senhorios de engenho mercadores foram muitos. Antônio Lopes Ulhoa que teve o seu no Paraguaçu, e depois voltou a Lisboa a continuar a mercancia. Mais famoso, seu irmão Diogo Lopes Ulhoa, com dois ou três engenhos, que por sua vez retornou também, e chegou a funções diplomáticas a serviço de D. João IV. Mercador fôra Francisco Ribeiro com engenho na Ilha das Fontes, parente do importante contratador Gabriel Ribeiro: Diogo Lopes Franco, o Velho com engenho em Matoim ou Mateus Lopes Franco que se estabeleceu mais tarde na Ilha de Maré, não sabemos se no mesmo engenho que fôra de Nunes de Matos, e se êste foi aquêle mesmo que abrigaria mais tarde o poeta Botelho de Oliveira.

A bivalência funcional marcava o caráter empresarial do engenho e suas relações com a cidade. Mercador, o senhorio não residiria no engenho onde poria feitor-mor, mas na cidade no seu sobrado com lógea no rez-do-chão. Figura urbana e não ruralizada, deslocando-se para o campo nas épocas de safra. Os que, nas qualificações, são dados como moradores na cidade (23). Em 1618 tinham casas no Salvador: Dinís Bravo, Diogo Muniz Teles, Diogo Lopes Franco, Henrique Muniz Teles, Manuel Rodrigues Sanches, Martim Carvalho, Diogo Lopes Ulhoa, Pero Garcia que aliás na sua confissão se dizia morador no Paraguaçu, mas que vivia em sua casa na cidade como revelam as denúncias. Dos senhorios contemporâneos de Gabriel Soares, além dêle próprio, mercadores ou não, possuíam moradas na cidade: Fernandes Margalho, Antônio da Costa, Antônio Dias Adórno, Nunes Reimão, Bartolomeu Pires, Leonor Soares, Miguel Batista, Sebastião de Faria, Sebastião da Ponte.

Esta presença urbana do senhorio em prejuízo do engenho condicionou um regime de bivalência urbano-rural que veio a marcar a vida do Brasil, apenas com uma posterior inversão da preferência em favor do engenho, ou fazenda. A duplicidade implicava numa ambi-

(23). — O mesmo acontecia com os que eram também funcionários da Corôa como Francisco Sutil de Siqueira.

güidade ecológica, numa indiferenciação das mentalidades, urbana ou rural. Marca de origem.

Essa anfibiologia resultava na deficiência de quadros humanos, da pouca pressão de concorrências, da plasticidade do meio social que a tornavam possível. Escassez demográfica, abundância de oportunidades das áreas pioneiras. Compensava-se a escassez pelo exercício concomitante de várias funções pelo mesmo indivíduo que assim se pluralizava. Cada um valia por dois ou mais. Funcionário ou padre que era lavrador, mercador que era também dono de engenho, barbeiros que eram cirurgiões, e quase todos êles eram também soldados, com alardos semanais. Falta de quadros que a escravidão não lograva corrigir. Improvisavam-se artezãos à margem do regime das corporações — do escravo ao homem de ofício.

Essa versatilidade estava na atmosfera e constituia um imperativo da colonização. Temos notícia de um ferreiro que chegou a senhorio de engenho, o pai de Francisco Nunes que teve casa de meles em Itaparica (24). Mundo de improvisações de mobilidades, insalubre para as continuidades de *status* através de gerações, fundamento da nobreza de sangue. Aqui as nobrezas decadentes se acabavam, e outras de *homini novi* podiam começar. Fim de velhas linhagens, começo de linhagens aguadas de "burguesidade". Hemopatia congênita.

Essa plasticidade do meio refletia a empresarialidade da colonização e a falta de rigidez de estruturas que eram experimentais. O sistema não se completava na própria paisagem colonial, porque a vida da colônia, econômica, administrativa, religiosa ou cultural não transcorria tôda na própria colônia. Tôda a colônia é sempre algo de inacabado. Um pedaço ficava na Metrópole para que a colônia continuasse colônia. Pressuposto da própria definição de realidade colonial: a Metrópole. Não apenas política, mas sobretudo econômica e cultural. A economia colonial só se completa no seu *front* metropolitano. A cultura colonial é um éco, embora infiel.

Dêsse contexto resultava um duelo básico nas pulsações demográficas do povoamento: absenteísmo *versus* fixação. Reversões contra povoamento. Movimentos de lançadeiras: ir e vir. Descontinuidades. Rupturas de permanências. No plano individual colonizar não é necessariamente povoar. Havia os que participavam do *processus* sem sair de Portugal. Algo como tele-colonização. Aquêles colonos ausentes ou ausentados. Empresários que investiam na terra ou ministros que sem a ver ordenavam providências positivas.

(24). — *Confissões da Bahia* (1591), pág. 99.

Govêrno distante, mas govêrno. Empresários ausentes, mas agentes de colonização. Um Lucas Giraldes que de além-mar explorava 8 engenhos que mantinha, ou ainda aquêles anônimos compradores de açúcares da praça de Lisboa ou Viana. Dupla a fachada do edifício econômico quando colonial.

Daí o absenteísmo dos empresários às vêzes invisíveis que corria paralelo com o de fidalgos titulares de sesmarias enormes na Bahia. Fisicamente longe sua presença na colonização era a do comando das ações. Presentes na história não na geografia. Na vida não no espaço. O outro quadro da colonização: o metropolitano. Essa ausência corpórea compensava-se no plano político com os lugares-tenentes dos quais o maior sucedâneo do Rei era o governador geral; no plano religioso, havia os vigários; no plano econômico, os feitores, comissários, rendeiros.

Os feitores não foram inventados para o Brasil, mas aqui adquiriram especial importância, como elementos de ligação e de execução. Feitores tiveram, na Flandres, os reis para negócios de pimenta, desde o século XV. O florescimento e generalização do feitorado foi uma decorrência da colonização a distância. Feitores de fidalgos, feitores de mercadores e contratadores, feitores de senhorios de engenho ausentes.

Feitores na Bahia, Antônio da Serra ou Francisco de Negreiros, mantiveram os Condes de Linhares. O conde de Castanheira, Álvaro da Costa para administração de suas sesmarias-capitanias. Feitores chamados loco-tenentes mantinham os capitães-mores sempre ausentes. Mais representativos eram os feitores de contratadores, dos grandes mercadores e de senhorios de engenho. Os Brito Freire, donos de dois engenhos — o de aSnto Estêvão erigido em morgadio e o de Santiago, ausentando-se da Bahia, puzeram feitores a frente desses bens coloniais. Ao retornar à Europa, Diogo Lopes Ulhoa deixou feitor de seus engenhos do Paraguaçu, o sobrinho André Lopes Ulhoa. Em 1618 era o feitor dos engenhos de Vasco de Brito na Capanema o cristão-nôvo Diogo Pires Diamante. Feitores do contrato dos dízimos de Gabriel Ribeiro, eram seus próprios irmãos. Feitores do contrato do pau-brasil, do rico André Lopes Pinto, eram Manuel e Antônio Ribeiro.

Não eram também os feitores propensos à fixação. Permaneciam estantes na Bahia e depois retornavam, satisfeitas suas comissões. Alguns porém ficavam presos por interesses ou pelo casamento. Havia ainda os comissários de mercadores que aportavam com as frotas e com elas partiam de volta. Cometas. Outros enraizavam-se. Dêstes, Tomás Alegre, feitor de Lucas Giraldes, que teve enge-

nho na Bahia, ou Lopo Fernandes d'Elvas, arrendatário do engenho de Mem de Sá em 1572, e que veio a ter engenho no Paraguaçu, provavelmente parente e agente dos Fernandes d'Elvas de Lisboa, essa dinastia de mercadores. Exemplar de feitorado em família.

No quadro geral de instabilidade e movimento que caracteriza o século XVI tão bem acentuados por Lucien Febvre, pela natureza de seu ofício, os mercadores eram por excelência itinerantes. Se logravam na Colônia a posse de terras, tendiam à fixação. Adquirida riqueza, esta os tentava a ir desfrutá-la ou multiplicá-la na Europa. Não somente eles. Não poucos senhorios de engenhos desertaram da Colônia, sem nela deixarem descendência. Ausentes das genealogias. Alguns exportavam os filhos e filhas para melhor educação ou casamentos. Sabemos que voltaram homens como Baltazar Pereira, os Brito Freire, os Lopes Ulhoa, João de Barros Cardoso. Mercadores ou não. Nem todos para Portugal: Diogo Dias Querido, grande negociante que emprestava recursos para a Corôa procurou a Holanda. Era cristão-nôvo, e retornou também ao judaísmo. Alguns largavam o Brasil, pelas Índias de Castela, pela África, ou mesmo pelo Oriente, em sua impaciência de lograr fortuna. Ou aventura. Estes que não quiseram morrer na Colônia nem largar nela sua descendência certo não foram povoadores, mas em certa dimensão, foram colonizadores.

Em conjunto, através do tempo, o processo de colonização é algo de continuado, de incessante. Em pormenor porém resulta ser sincopado, um tecer e destecer, um chegar e partir. O povoamento resultava do saldo entre os retornos e as permanências. Destinos individuais de colonizadores que deixavam de ser, e tanto pelo insucesso como em razão do sucesso desertavam, ou ficavam. Vivendo um pouco na terra, um pouco no mar, êsse homens não foram porisso menos colonizadores. O povoamento era condição, e não o fim da colonização. Essenciais eram as comunicações — o poder vir e ir, e transportar. A chave da colonização era o uso do Atlântico.

Do confrônto entre povoamento e exploração econômica advinham duas decorrências na colonização: a fixação residual de emigrantes que ficavam colonos e a migração dos lucros que iam subvencionar a maturação do capitalismo e a prosperidade burguesa da Europa. Os que se fixavam não retinham todos os ganhos da empresa colonial, no sentido de uma auto-capitalização da Colônia, acelerando-se-lhe o desenvolvimento mercê de reinversões. Descompasso entre o povoamento e o enriquecimento: eram os ausentes os que mais ganhavam com a colonização. Tese a provar-se, mas de todo provável. Capitalista o sistema de colonização, evadia-se a mais

dos lucros em favor dos empresários dela — dos que, de alguma forma, e embora ausentes, nela investiam capitais. Adensava-se o povoamento à custa de escravos ou assalariados, coadjuvantes da remuneração dos capitais, sem os quais não haveria colonização eficaz.

Este fenômeno, ao mesmo tempo que situa a colonização do Brasil na órbita do capitalismo ocidental, explica em grande parte como, apesar das grandes margens de lucro, que proporcionava, foi relativamente lenta a valorização econômica e a elevação dos níveis de vida da Colônia. De outro lado condicionou o ritmo contido da sua capitalização que foi constante, mas não acelerada. Explica, por exemplo, entre outros aspectos, a crônica escassez do meio circulante e de bens de consumo. Muita gente enriquecia, mas a terra não se enriquecia. Uma episódica ostentação de luxo era apenas um efeito de ilusão que podia impressionar visitantes de passagem como Fernão Cardim. Quantos e quais seriam realmente ricos? A sucção dos rendimentos do trabalho de escravos e colonos tem algo que ver com o florescimento do capitalismo europeu. Ele, para si próprio, inventara a colonização: em seu benefício ela devia funcionar. Isso não era tudo, porque afinal, residual embora, também se ia sedimentando uma cultura no país novo — o papel maior dos agentes da cristianização. O missionarismo é a outra face da colonização.

A frequência dos retornos de elementos economicamente significativos é de mensuração difícil devido à falta de registros e suas conseqüências econômicas, sociais e culturais na Metrópole jazem esquecidas. Tem ainda seu paralelo na temporariedade das funções político-administrativas. Salvo os que recebiam cargos hereditários, os funcionários régios, por sua vez, não viriam para ficar. Quantos destes servidores da Corôa, vindos de Portugal para isso, governadores, provedores, tesoureiros, ouvidores, oficiais pagos, escrivães, enfim de toda a hierarquia administrativa, quantos terão deixado sua descendência no Brasil? Seria preciso que outras formas de atividade os retivessem: a obtenção de sesmarias e engenhos, por exemplo.

O caráter empresarial da colonização. Ainda que lhe assegurasse uma continuidade quando se examina a totalidade do fenômeno, considerado no plano individual, em grande parte responde pela fraqueza do capitalismo especificamente colonial e pelas descontinuidades do povoamento, uma vez que os que não vinham, ou apenas temporariamente o faziam, logravam reter as partes do leão.

Nessa condições, a possibilidade de acesso de mercadores à posse de engenhos por essa via, abrindo perspectivas de ascensão social, não só promovia uma certa retenção de capitais, e ainda de

atração de novos, mas com isso exercia uma ação positiva de fixação de elementos economicamente ativos e empreendedores. Ao mesmo tempo, através dêles, consolidavam-se conexões externas vitais para a economia colonial. O retôrno de alguns senhorios de engenho enriquecidos, não diminui o fato de que senhorios de engenho deram origem a descendências que dominaram o panorama social da Colônia. A descendência de Pero Garcia, mercador e cristão-nôvo, por exemplo, dentro da qual não só houve afidalgamentos, mas que chegou a ser bastante rica e poderosa para que um dêles chegasse a donatário ao comprar uma capitania inteira.

*

VI. — CRISTÃOS-NOVOS E ENGENHOS.

Em Memorial dirigido ao Rei, na época dos Filipes, afirmavam os cristãos-novos que dos engenhos de açúcar do Brasil, a maior parte lhes pertencia (25). Isso era o mesmo que dizer que em suas mãos estava a economia de Portugal a um tempo em que ela dependia inteiramente do fluxo das frotas que chegavam da Colônia americana (26). A Filipe IV junto a quem mendigavam atenuações dos rigores do Santo Ofício lembravam sua atuação no plano colonial,

“sustentando el Brazil y fabricando los ingenios de que se sacava el açúcar para toda la Europa” (27).

A propósito afirmava Charles H. Lea (28):

“No Brasil, onde êles (os cristãos-novos) podiam possuir propriedades, quase tôdas as plantações de açúcar estavam em suas mãos, e estas aumentavam constantemente, para grande proveito da colônia e das rendas. Como por lei estavam êles excluidos de todos os officios e dignidades, era o comércio seu único recurso”.

Aparentemente contraditório, o texto de Lea define uma situação real: dominavam a produção e o comércio coloniais. Na depen-

-
- (25). — Apud Azevedo (J. L.), *História dos cristãos-novos portugueses* (Lisboa, 1921, pág. 229).
- (26). — Com a perda da Bahia, em 1624, escrevia Pero Rois Soares: “... ficando os mais dos mercadores perdidos e perdido o trato da Bahia que era o mor e de mor rendimento que êste Reino tinha...”, in *Memorial*, cap. 125, pág. 465 (Coimbra, 1953).
- (27). — in *Révue des Études Juives* n^o 49, pág. 64 apud Azevedo (J. L.). — *Op. cit.*
- (28). — Lea (Charles H.), *A History of the Inquisition of Spain* (N. York, 1907), II, pág. 272.

dência porém de uma legislação régia flutuante que ora lhes vedava o acesso às colônias, ora os fazia enxamear na direção das terras novas.

A afirmação dos próprios cristãos-novos de que detinham no comêço do século XVII a maioria dos engenhos pode ser ou não verdadeira. Houve quem dissesse que a êles se deve a própria iniciativa do estabelecimento de engenhos no Brasil (29), o que aliás não é improvável, dada a sua presença nas Ilhas Atlânticas. Lúcio de Azevedo, contestando Sombart, reclamou para os donatários e para as instigações da Corôa essa iniciativa (30). Resta saber qual a procedência daqueles que efetivamente vieram, a instâncias do poder político, investir capitais em engenhos.

À ocorrência da presença de cristãos-novos na estruturação da economia açucareira associa-se a difusa idéia, ou preconceito, de que sendo os judeus por natureza comerciantes, seriam em consequência refratários ao trato de terra (31), e sua condição jurídico-religiosa os impediria de se anicharem na aristocracia dos senhores de engenho (32). Há porém que considerar-se, não só a particular maleabilidade dos cristãos-novos, mas também a par da instabilidade da legislação restritiva e de sua insanidade nas áreas pioneiras, a extrema permeabilidade do meio social sem rigidez de tradições resistentes.

Problema demasiado complexo para ser solvido em algumas páginas. Apenas início de abordagem a espera de desdobramentos de pesquisas que podem levar ao alargamento da compreensão do próprio sentido da colonização do Brasil, especialmente em seus aspectos sociais.

Uma certa distorção na visão da realidade tem decorrido da utilização quase exclusiva de documentação oficial que tende a induzir à impressão de que nada acontecia sem a interferência direta e imediata do govêrno, cuja ação amentalidade regalista do tempo buscava sobrestimar. E ainda os cronistas e testemunhas da época, por sua vez, contagiados pelos preconceitos, por prevenção ou por

(29). — *Jewish Encyclopedia*, I, pág. 493.

(30). — *Épocas d' Portugal Económico* (2a. ed. Lisboa, 1947), pág. 244.

(31). — Escrevia um Anônimo no século XVII: "Não cavam as vinhas, não semeiam os campos, nem na fôrça da calma do estio regam e recolhem os pães e mais novidades". "Papel que prova serem os da nação a causa dos males que padecesse Portugal". ANTT. Inquirição. Cod. 1506, fol. 144 e segs.

(32). — Do problema ocupou-se de passagem Wanderlei Pinho in *História de um engenho do Recôncavo* (Rio de Janeiro, 1946), pág. 40 nt. 2.

discreção, eram levados a omissão da qualidade de cristão-nôvo de seus contemporâneos.

A verificação das dimensões da presença dos cristãos-novos na economia dos engenhos, ainda que apenas pela amostragem baiana em tempo restrito, envolve a questão essencial da origem dos capitais inicialmente empregados, e, em decorrência, a do caráter senhorial ou empresarial da colonização. Da natureza do processo, de seu artificialismo ou de sua espontaneidade, resultaram os lineamentos da arquitetura da sociedade colonial. Há que rever-se essa história de coloridos genealógicos da congênita fidalguia dos senhores de engenhos.

Teria sido a colonização a projeção de um processo para-senhorial de expansão de uma nobreza em crise, desocupada com o término do ciclo da Reconquista, continuada pela revulsão bérbere na África do Norte e desempregada com a saturação das recompensas no exíguo Reino, ou terá sido antes uma invenção do primeiro transbordamento de uma burguesia efervescente na sua ofensiva de crescimento? Isso nos leva à grande história: a colonização como uma técnica de europeização do mundo pela utilização dos caminhos recém-descobertos. Obra do experimentalismo burguês, ou prolongamento das ambições dos príncipes cansados de contorsões políticas nos quadros continentais saturados?

D. João III terá inventado o derivativo da colonização do Brasil ouvindo conselhos de letrados e mareantes? O rei? Ou D. João III terá sido apenas o pseudônimo de uma burguesia atlanticizada, insofrida e cúpida, para cujas ambições os horizontes europeus iam ficando estreitos e insatisfatórios?

Mesmo em Portugal, não se há de tomar burguês como sinônimo de cristão-nôvo. Estes porém inseriam-se na constelação social da burguesia, e eram no Reino, apesar de tôdas as vicissitudes de uma existência marcada por antagonismos, os elementos mais atuantes no mundo dos negócios (33). Quando a conjuntura o exigiu e o país se atirou à empresa da colonização era pois fatal que, na linha de seus interesses, participassem êles de um movimento do qual constituíam o próprio impulso. Era a própria burguesia mercadora que se punha em movimento.

(33). — "... na fazenda se melhoraram tanto que são sós os que têm o dinheiro, os contratos, as mercadorias, e o maior poder do Reino" dizia uma Consulta do Santo Ofício (30-9-1624) ANTT, Cod. 1508, fol. 211.

"... Quase todos os negócios têm tomado a sua conta" escrevia-se em 1629. ANTT, "Tratado sôbre a gente de nação hebreá" (1629). — Papéis da Junta de Tomar. *Cod. cit.*

Demográficamente: muitos? poucos? Faltam-nos elementos para medir-se o quantitativo de sua contribuição para a colonização do Brasil. Sequer para a avaliação das proporcionalidades em confronto com a Metrópole ou com as Ilhas. Proporções que, de resto, não seriam constantes. Sua afluência devia pulsar aritmica na intermitência das leis que iam da proibição de acesso a pressões que equivaliam a expulsões em massa em tôdas as direções. Diásporas periódicas. A exigência de fianças para garantia de retôrno não lhes impedia o derrame pelo mar, e as vagas migratórias chegavam ao Brasil, não raro depois de uma passagem pela Flandres ou pelas Ilhas Atlânticas. Progressivamente, a circulação que crescia no oceano unificava econômicamente seus bordos, e os cristãos-novos valiam-se destas circunstâncias para ladearem a legislação restritiva. Inseridos no tráfico africano, detentores de *asientos* e de licenças (34), em navios negreiros podiam alcançar portos americanos e neles ficar temporariamente ou definitivamente. Aliás, livre como era o comércio com o Brasil, aberto aos particulares, ou contratados os estancos como o pau-brasil ou o sal, eram êles quem grande parte o dominavam. Contratadores. Armadores. Mercadores. Em suas urcas ou caravelas, mercadores de ida-e-vinda teciam de Viana, do Pôrto, de Lisboa para o Brasil. Cada vez que um barco era apesado por corsários, lá se encontravam a bordo mercadores de vária procedência, cristãos-novos ou velhos (35). O tráfico justificava ainda a manutenção de feitores e comissários na Colônia. A mesma razão tinham os contratadores dos dízimos como os cristãos-novos Gabriel Ribeiro ou Simão de Leão que foi homem de confiança de D. Luís de Sousa (36). Muitos dêles, “estantes” na Bahia por algum tempo, retornariam depois, mas outros temerosos das repressões inquisitoriais ou retidos por interêsses mais duradouros, acabariam por se fixar na terra.

Assim, trazidos pela mercancia ou fugitivos, legal ou clandestinamente iam se tornando numerosos. Uma vez fixados com a família, atraíam outros parentes, não raro assutados com as investidas do Santo Ofício a prender-lhes pais, tios, irmãos, prenúncios de de-

(34). — Entre 1582 e 1619, por exemplo, o contrato de Angola foi dado aos Ximenes de Lisboa e Antuérpia que tinham correspondentes em várias capitanias: na Bahia era o cristão-novo Simão Nunes de Matos que chegou a possuir seu próprio engenho. V. Denucé (J), *L'Afrique au XVIIe siècle* (Antuérpia, 1937), pág. 53.

(35). — V. por exemplo as confissões de Baltazar André, de Pero Gonçalves, de Francisco Pires em 1592. *Confissões da Bahia* (Rio de Janeiro, 1935), págs. 142, 160 e 166.

(36). — V. *Livro Primeiro do Governo do Brasil* (ed. H. Viana), págs. 404 e *passim*.

vassas mais amplas. Vinham sobretudo sobrinhos — raros os cristãos-novos importantes que não os tivessem ao pé de si. Sobrinhos cercavam senhorios de engenho como Diogo Lopes Ulhoa, Simão Nunes de Matos, Francisco Ribeiro ou Luís Vaz de Paiva (37). Irmãos eram Mateus e Luís Lopes, e Nicolau da Maia, Pascoal e Dinís Bravo, Antônio e Diogo Lopes Ulhoa, Luís Vaz de Paiva e Manuel Nunes Miplata e outros que seria longo enumerar.

Importante o papel das parentelas na história da colonização, principalmente dos sobrinhos, jovens e aventureiros atraídos pela perspectiva de enriquecer. Não apenas sobrinhos de mercadores, de cristãos-novos. Sobrinhos de governadores, desde Mem de Sá. Sobrinhos de prelados e padres. Poder-se-ia falar de um nepotismo colonial.

Não era todavia apenas o comércio ou a contratação que atraíam os cristãos-novos à Colônia. Em outros setores também eles se instalavam a compor o quadro social em edificação. Eram artesãos. Eram advogados e cirurgiões. Eram eclesiásticos, a ponto de se reclamar contra sua infiltração no clero. Os textos do Santo Ofício documentam essa disseminação em toda a hierarquia social. Ourives, barbeiros, alfaiates, sapateiros. Advogados como Francisco Lopes Brandão, Filipe Tomás de Miranda ou Manuel Ferreira de Figueiredo. Ou o padre Baltazar Ribeiro que teve engenho em Matoim ou o padre Antônio Neto, capelão do engenho de Diogo Lopes Ulhoa.

Tiveram ainda os cristãos-novos decisivo papel no processo da colonização: aquêles que desempenhavam sem vir à Colônia, no *front* metropolitano. Com seus capitais ou com seu comércio, com sua atuação nas praças européias como intermediários entre a Colônia e seus mercados consumidores ou abastecedores, com sua atividade no tráfico africano equipando canaviais e engenhos de braços, figuravam como agentes da colonização que sem eles não se processaria. Sua ausência do cenário geográfico não os excluía do processo de que eram parte viva. Só uma confusão entre colonização e povoamento, ocupação continuada do solo, explica sua exclusão dos mecanismos totais da colonização. Dêstes, porém, não havemos de tratar nesta comunicação.

Chegavam cristãos-novos feitos mercadores, comissários, feitores, rendeiros de dízimos. Principalmente homens de negócios. Se os negócios prosperavam, enriqueciam: podiam aspirar a condição de proprietários de terras e de engenhos. Adquiriam propriedades que os emparelhavam aos cristãos-velhos em cujas famílias entravam.

(37). — V. *Denúncias de 1618* in “Anais da Biblioteca Nacional” (Rio de Janeiro, 1936), vol. 49 *passim*.

Essa transição do comércio para a agricultura e para a exploração dos engenhos permitiu-lhes inserir-se em todo o sistema da economia do açúcar desde a produção da matéria-prima — a cana, sua industrialização nos engenhos, sua comercialização na Bahia, na Metrópole, nas praças do Norte ou da Itália, seu transporte no Oceano.

Qual a sua presença nos engenhos? Sua inserção na chamada aristocracia dos senhores de engenho? Podemos elaborar uma contagem para a verificação das proporções aproximativas entre senhorios de engenhos cristãos-novos e cristãos-velhos, porque por sua importância social a maioria dos nomes foi registrada. O mesmo não podemos fazer para os lavradores de cana muito mais numerosos e entre os quais a grande maioria devia ser de cristãos-velhos. O caráter capitalista, empresarial do engenho e sua função de imediato produtor dos açúcares reclamados pelos mercados externos exerceria sobre os homens de negócios particular atração.

O grupo social dos donos de engenho não era, nem podia ser numeroso no primeiro século da colonização. Os engenhos eram poucos, e o aumento de seu número implicava em capitais a investir e em conquista de novas áreas e formação de clientela de lavradores. Uma seleção havia de ocorrer dos elementos dotados de espírito de empresa, mas entre eles dos que fôsem capazes de resistir à erosão das resistências representadas principalmente pelos ataques ou fugas de índios ou pelas incursões de piratas que vinham assolar o Recôncavo a pilhar e incendiar engenhos no litoral ou à margem dos rios, obrigando os possuidores a reinvestimentos de reconstrução. Destruído pelos índios foi em certo momento o próprio engenho do Conde. Após a invasão holandesa quase tudo estava por refazer-se, testemunha o mapa de Barleus dos engenhos incendiados, e Belchior Brandão, senhorio de engenho no Paraguaçu, afastava-se da Câmara para reavivar o seu, totalmente paralisado. Havia ainda o problema do financiamento anual: recursos e créditos não se ofereceriam a qualquer, mas a indivíduos conceituados na praça. Neste particular, fidalguias poderiam facilitar sesmarias, mas não engenhos. Para homens de negócio isto seria mais fácil.

Difícil e precária a estatística do ritmo das fundações de engenhos, base para a avaliação do desenvolvimento do grupo de proprietários deles. Inseguros os testemunhos dos contemporâneos para os números como revela o seguinte quadro relativo à Bahia (38):

(38). — Quadro provisório que pode ser enriquecido com a busca de outras fontes.

<i>Datas</i>		<i>Engenhos</i>
1534-49	—	2
1553-57	—	1
1574-76	—	18 (Gandavo)
1585	—	36 (Cardim)
1584-87	—	36 (Gabriel Soares)
1585	—	46 (Informações)
1590-95	—	50 (D. Francisco Soares)
1611	—	50 (Livro da Razão)
1627	—	50 (Frei Vicente)
1629	—	80 (Jesuita anônimo)
1663	—	69 (Simão de Vasconcelos).

Esta progressão vale apenas como uma ordem de grandeza: são arbitrárias em geral e só pesquisa muito trabalhosa e de resultados sempre duvidosos poderá aproximar-nos melhor da realidade. Os registros dos imóveis (sesmarias) e de escrituras, ou da Alfândega desapareceram e do quadro só ficaram fragmentos a serem juntados. Tombos dos jesuitas e beneditinos, ou depoimentos do Santo Ofício, por exemplo.

Sob Pereira Coutinho iniciou-se a construção de dois engenhos: o de João de Velosa e o de Afonso de Tôrres. Aquêles inacabado, foi desapropriado pela Corôa e veio a ser o de São Bartolomeu concluído por Mem de Sá. O de Santa Cruz de Tôrres não sabemos quando se acabou, nem quando mudou de proprietário. Sob Duarte da Costa, comprovadamente, havia um — o de Antônio Cardoso de Barros em Pirajá, ao depois vendido por seu filho. Existiriam outros? Improvável. Sob Mem de Sá, ainda faltam elementos, e os 18 de Gandavo para os anos seguintes não devem ser exagêro. Insatisfatórios, ainda que coincidentes os 36 de Cardim e Gabriel Soares, desmentidos pela *Informacion de la Provincia* (39). Se contamos, na medida do possível, os engenhos enumerados no Recôncavo pelo próprio Gabriel Soares não há coincidência. Num levantamento provisório que fizemos para o período de 1587 (Gabriel Soares) a 1592 (Visitação do Santo Ofício) chegamos, entre engenhos e casas de meles, a mais de 50 unidades com os respectivos donos e localizações. Cremos que podemos, para argumentar apenas, dar para o final do século XVI e comêço do XVII, a cifra de 50 engenhos. Pouco menos, pouco mais conforme o ano. Amparam-nos os testemunhos coincidentes do Pe. Francisco Soares, do *Livro da Razão* de Soares Moreno, e o de Frei Vicente, além de não ficarmos longe da *Informacion*.

Outro dado importante para verificação de proporções são os cálculos de população. Nada de dados demográficos válidos. Sob

(39). — Publicado por Mauro (F), *Le Brésil au XVIIe siècle*, pág. 139. Aí também a Relação do Jesuita Anônimo, à pág. 177.

Tomé de Sousa e Duarte da Costa, chegados com as frotas, seria a população da Bahia de cêrca de mil habitantes. Dois mil, em 1584. No comêço do século, em 1611-12, segundo o *Livro que dá Razão*, haveria três mil moradores brancos (40). Se admitirmos esta cifra teríamos, em média, um senhorio de engenho para cada 60 habitantes. Quando viajantes como Cardim ou Pyrard de Laval nos descreveram o luxo e a ostentação da Bahia, a ser verdade, não se pode generalizar atribuindo-os aos senhorios de engenho simplesmente. Minoria de 50 famílias, ou menos porque senhorios havia de mais de um engenho, ou pouco mais se ao grupo incorporamos os grandes fazendeiros, e mesmo altos funcionários. Há que pensar-se na presença, nessa ostentação, de grandes mercadores. Todos estadeando um *status* de vida fidalga, exibindo grandeza para merecê-la depois, conforme os critérios correntes de promoção para a fidalguia.

E' nêsse contexto que inserimos os cristãos-novos na vida dos engenhos avaliando-se o pêso relativo que podem ter tido. Durante o domínio de Espanha, por razões que não vamos aqui analisar, parece ter ocorrido uma afluência maior de cristãos-novos à Bahia, e em consequência maior presença dêles no quadro dos senhorios de engenho. Entre 1587-1592, de 54 engenhos e casas de meles que, a partir das informações de Gabriel Soares conseguimos anotar (41), 12 eram certamente de cristãos-novos, o que nos dá mais de 20% dos engenhos em suas mãos. Talvez seja maior esta porcentagem, mas menor não. Dos engenhos referidos nas *Visitações de 1618* que conseguimos levantar nas Confissões e Denunciações, em 34 engenhos que aparecem, nada menos de 20 eram de cristãos-novos certos, o que equivaleria a 60% dêles. Esta relação funda-se em documentação seletiva e é parcial apenas, a espera de novas pesquisas de levantamento dos senhorios do tempo; mas se levamos em conta que demos por cristãos velhos todos os que não temos prova de serem novos — o que é mera presunção, talvez isto compense a seletividade e a proporção se mantenha. Se porém adotamos o total de 50 engenhos (Pe. Francisco Soares, *Livro da Razão*, Frei Vicente), sendo 20 os de cristãos-novos, admitindo-se que os outros 30 eram de cristãos-velhos, o que é presunção apenas suscetível de se alterar com novos textos do Santo Offício, então a porcentagem é de 40% o que não deixa de ser impressionante e dar verosimilhança à alegação dêles de

(40). — Talvez o número fôsse maior: havia 10 companhias de ordenança com 1.100 homens. Mesmo com grande porcentagem de solteiros, a população seria maior.

(41). — Deixamos de juntar essa Relação por ser ainda provisória, como provisórios são, a espera de maiores pesquisas, êstes dados que só valem como idéia de grandezas relativas.

que possuíam a maioria dos engenhos. Em Pernambuco, não estudado por nós, a situação poderia ainda ser-lhes mais favorável.

Eram cristãos-novos e senhores de engenhos em 1618 na Bahia: Agostinho Caldeira Pimentel, Dinís Bravo, Diogo Lopes Franco, o Velho, Diogo Lopes Ulhoa (3 engenhos), Diogo Muniz Teles, Estevam Brito Freire (2 engenhos), Francisco Ribeiro, Manuel Rodrigues Sanches, Pero Garcia (4 engenhos), Simão Nunes de Matos, referidos nas Confissões, e mais Baltazar Ribeiro, Agostinho de Paredes, Mateus Lopes Franco, Luís Vaz de Paiva, Francisco de Paiva (42). Dêstes quantos haviam sido mercadores? Difícil saber-se ao certo, mas certamente o foram: Dinís Bravo, Manuel Rodrigues Sanches, Diogo Lopes Franco, o Velho, Diogo Lopes Ulhoa, Francisco Ribeiro, Pero Garcia, Simão Nunes de Matos, Mateus Lopes Franco — oito portanto. Problema de trânsito da mercância para o senhorio de engenhos — mas abertura para o grande problema da origem dos capitais mesmo admitindo-se que alguns dêles como Rodrigues Sanches e Pero Garcia houveram engenhos através de herança, ou dote.

Êstes possuidores de engenho, os mais antigos como os mais novos, pelos nomes e pelas conexões que já conhecemos, sugerem ainda infiltrações da burguesia mercantil internacional na Bahia. Desde muito cedo: desde Afonso de Tórres, com o infeliz donatário. Como aliás em outras capitânicas: os Schetz, os Giraldes, os Cavalcanti. Citemos alguns de muitos exemplos que poderíamos aduzir.

Não cremos seja mera coincidência haver na Bahia um senhorio de engenho chamado Antônio Nunes Reimão, também mercador como dissemos, e ser mercador na Península um Manuel Nunes Reimon. Dinís e Pascoal Bravo vêm do Pôrto estabelecer-se na Bahia; um João Bravo era mercador da constelação dos Ruis de Embito. O engenho da Ilha de Maré foi de Simão Nunes de Matos, agente dos Ximenes em negócios de escravos de Angola: ao depois na mesma Ilha, registra a cartografia do tempo, o senhorio de Mateus Lopes Franco que foi casado com uma Ximenes de Aragão. Os Lopes de Ulhoa eram aparentados, diz um texto do Santo Ofício, aos Solis de Lisboa, e êstes eram grandes expoentes da burguesia peninsular, inclusive o riquíssimo Heitor Mendes que era Heitor Mendes y Solis, ligado aos Rovelasco. Anteriormente, seria mera coincidência de nomes que haja existido na Bahia senhorio de engenho chegado com Mem de Sá, e cristão-nôvo Heitor Antunes e que, em 1578, os grandes mercadores

(42). — Dos 21 enumerados contamos 20 porque o engenho de Agostinho Caldeira deve ser o mesmo de Manuel Rodrigues Sanches, filho e genro do fidalgo Bernardo Pimentel de Almeida, casado com cristã-nova.

Álvaro e Duarte Furtado recomendassem parente seu que ia à feira de Medina del Campo, chamado Heitor Antunes de quem diziam

“não é prático em negócios porque residiu muito tempo no Brasil”? (43).

Um Lopo Fernandes d’Elvas teve engenho no Paraguaçu: Fernandes d’Elvas são uma linhagem de grandes capitalistas na Península (44). Antônio Fernandes d’Elvas, falecido em 1621 ou 22 foi uma das grandes fortunas peninsulares; foi contratador de Angola e Cabo Verde que abastecia o Brasil de escravos, estando portanto ligado à colonização do Brasil. Em 1610-1611 achava-se estante na Bahia Diogo Fernandes d’Elvas, da nação, morador em Lisboa. Justamente em 1611 Antônio Fernandes d’Elvas obtinha um *asiento* para o Rio da Prata, a seguir anulado: a Bahia era escala. Como explicar-se sem estas conexões internacionais que Duarte Osque ou Osquer flamengo que armava navios seus, tenha sido, já casado na terra, senhorio de engenho em Itaparica? Ou que Manuel Rodrigues Sanches (45), cujo caixeiro Luís Álvares estudara na Flandres, tenha tido, casado e bem casado que era na terra, uma conduta pelo menos suspeita, ao que parece, durante a ocupação holandesa?

Há tôda uma linha de investigações a serem feitas e que, cremos, levará à descoberta de sólidas conexões entre os mercadores e senhorios de engenhos do Brasil com a burguesia internacional, a revelar uma interferência burguesa, capitalista, no processo de colonização. E ainda havia os contratos da Corôa que não só punha êsses grandes burgueses peninsulares a mandar navios para os portos do Brasil — os contratos africanos, o estanco do pau-brasil, mas dentro do país a arrematação dos dízimos implicava em conexões externas, desde o tempo de Mem de Sá com Heitor Antunes e Francisco de Aguiar — há uma grande família e firma de Aguilares na Espanha (46) — ou,

(43). — In Gentil da Silva (J.), *Op. cit.*, III, pág. 383.

(44). — Uma letra sua foi paga em Lisboa por Lopo Duarte (Ximenes), homem de grande finança. Cf. *Documentos para a história do açúcar*, III, pág. 396, 397.

(45). — Vários Sanches aparecem envolvidos em contratos na Península. Um Pero Dias Sanches ao tempo de Diogo Botelho foi contratador de dízimos na Bahia. V. “Correspondência de Diogo Botelho” in RIHGB T. 73 (1910), pág. 208.

(46). — Uma firma de Burgos, aliás falida em 1606 era a dos Aguilares, e um João d’Aguilar teve trato no Atlântico. Cf. Gentil da Silva, *Strategie des affaires à Lisbonne*, *passim*.

ao tempo de D. Luís de Sousa, com Duarte Ximenes (47), sobre nome que dispensa considerações. Contratadores foram Manuel Rodrigues Sanches, Pero Garcia, e outros mercadores como Domingos Álvares de Serpa, cristão-nôvo. A colonização do Brasil ilustra a captura pela circulação atlântica daquela burguesia continental atraída para a área da economia de produção agrícola e industrial, tanto quanto pelos contratos que significavam, em última análise, comércio privilegiado. Gabriel Ribeiro da Costa, homem ligado a operações da finança em Lisboa, relacionado com os Lopes de Évora e os Nunes Caldeira, obteve por 6 anos o contrato dos dízimos no Brasil do qual desistiu em 1605 (48). Longo seria enumerar exemplos: a convivência, a comunicação entre o mundo colonial e as áreas do capitalismo europeu era uma realidade desde os primórdios da colonização. Desde quando o donatário Pero de Gois saía para a Metrópole a contratar com Mateus Ferreira um “mercador de ferragens”, fornecimentos para os engenhos que tencionava fundar na Paraíba do Sul.

Poderíamos multiplicar os exemplos, não o fazemos. Estudos futuros virão aclarar essas conexões. Nomes como os Baião, os Brito, ou Serrão, os Caldeira, os Leão, os Frias ou Salasar que aparecem na burguesia mercantil metropolitana e que reaparecem no cenário da Bahia, no engenho ou na mercancia dão que pensar, mormente quando se pensa na base familiar das organizações econômicas e na prática do feitorado colonial. Presença burguesa na colonização, no engenho. Detendo em suas mãos, direta ou indiretamente, a vida dos engenhos essa burguesia atlântica que se associava à burguesia continental por múltiplos nexos de interesses, era ela que dinamizava a colonização. O engenho era, como vimos, a célula básica de todo o processo. E na cidade, mercado intermediário das exportações da produção e das importações de escravos e equipamentos, era ainda ela, com seus mercadores estabelecidos ou de arribada na época das frotas, que comandava os ritmos da vida econômica. Aristocracia rural? Resta a provar-se a fidalguia genuína daqueles senhores de engenho, pelo menos nos primeiros tempos. Fidalguias tardias negociadas nas chancelarias já são frutificações da colonização. Seriam antes resultados, no plano social, de raízes burguesas, e nelas de cristãos-novos cuja absorção a existência colonial propiciou.

*

(47). — V. *Livro Primeiro do Governo do Brasil*, pág. 409 e 415. Um André Ximenes teve com João Nunes Correia, o contrato do pau-brasil. *Idem*, pág. 98.

(48). — Figueiredo (Falcão), *Livro de toda a fazenda* (ed. Lisboa, 1959) pág. 8 e 27. Cf. Gentil da Silva, *op. cit.*, *passim*.

CONCLUSÕES.

Problema essencial para a compreensão do processo colonial é o da configuração social dos elementos que a realizam. Não só os mecanismos, mas o próprio sentido da colonização, bem como seus ritmos estão ligados à procedência de seus agentes. Tanto eram agentes de colonização os que vinham e ficavam a povoar, quanto os que, ausentes da Europa através de prepostos — fatores, comissários, rendeiros — atuavam no processo que só pode ser compreendido em sua totalidade se analisado nas duas frentes geográfico-históricas do fenômeno colonial: a própria Colônia e a Metrópole.

Na escassez de quadros demográficos que permitissem uma ocupação densa de base urbana, a solução para a ocupação produtiva do país nôvo, foram os engenhos e fazendas — as células dinâmicas da colonização do Brasil no plano econômico. Dessa forma, os engenhos, ao nuclearem a produção e o povoamento que resultou dispersivo, atuaram como verdadeiras micro-cidades, capturando funções urbanas, em prejuízo dos centros definidos como urbanos. A ocupação do Recôncavo baiano ilustra essa realidade: constelação de engenhos unidades de produção com suas estruturas, suburbanas, híbridas de indústria sobre base agrária, associando o trabalho escravo ao trabalho assalariado. A usurpação de funções urbanas, sem o paralelo desenvolvimento de estruturas urbanas de poder, desmesurava a força e o prestígio de seu senhorio cuja autoridade, de base militar decorrente de uma necessidade de defesa, se desenvolveu, e não mais foi devolvida, e permaneceu pelo tempo a fora, ainda que não institucionalizada legalmente. Nesta solução colonial podemos talvez encontrar as raízes do mandonismo que por séculos caracterizou a vida político-social do país atrofiando o que poderiam ter sido as instituições municipais. A melhor unidade de estudo da vida colonial são os engenhos e fazendas, as rês dêles, mais que as vilas e cidades, na medida em que foram, de fato, as unidades ativas. A elas se associam as capelas e sobretudo as freguesias rurais no que respeita à vida espiritual.

Na conjuntura econômico-social da época do início da colonização, o elemento dinâmico por excelência era a burguesia mercantil, sobretudo aquela que se atirou ao tráfico no Atlântico. Em Portugal, os elementos mais ativos dessa burguesia foram os cristãos-novos. Quando os mercados europeus exigiam maior regularidade no abastecimento de produtos coloniais, a fase do comércio predatório que se fundava nas feitorias de caráter econômico-militar teve de ser superada. Imperativo de promover-se a produção regular que permitisse cargas certas para as viagens periódicas dos navios do Atlântico. A

burguesia mercantil passou a subsidiar e promover a colonização como fórmula de garantia daquela produção que reclamavam os mercados. Ela promoveu a colonização na sua versão moderna. A grande burguesia continental intrometeu-se na produção de mercadorias — e para isso passando a ser o açúcar a mais requestada das mercadorias criou-se o engenho como unidade de produção, associado às fazendas produtoras da matéria-prima — a cana.

Os cristãos-novos no seu crisotropismo procuraram essas áreas mais de promissoras perspectivas econômicas, e tangidos por motivações de vária natureza, mas sem se desprenderem de suas conexões européias, inseriram-se no processo da colonização.

O ambiente colonial ofereceu, na Bahia, como alhures, um clima favorável a esse dinamismo econômico. Chegando como mercadores ou feitores, graças às suas ligações no exterior, e a uma natural solidariedade entre eles, os cristãos-novos, inseriram-se desde logo em todo o sistema da colonização. Logravam passar de mercadores a agricultores ou a senhorios de engenho. Muitos engenhos, desde os primeiros tempos a eles pertenceram, havendo períodos de intensificação de sua presença na terra. De várias formas chegavam eles apesar dos embaraços na obtenção de sesmarias, à posse de engenhos: pela compra, pela cobrança de dívidas, pelos casamentos. Eram ricos mercadores, credores de senhores de engenho aos quais financiavam a produção e isto lhes assegurava um marcante predomínio na vida econômica.

O enriquecimento assegurando-lhes ascendença na vida social, prometia-lhes, com a posse de engenhos e fazendas, um grande prestígio. Senhoreando boa parte dos engenhos, isso lhes permitia um verdadeiro controle direto ou indireto de todo o processo de colonização que a eles, residentes ou distantes, estava ligado.

Esses cristãos-novos graças a suas ligações externas, dado o caráter familiar das estruturas econômicas, prendiam a colonização à grande burguesia capitalista internacional. E assim a colonização graças a eles, embora não somente a eles cristãos-novos, resultava eminentemente burguesa.

Essa presença de elementos recrutados na burguesia mercantil peninsular imprimiu à colonização um caráter nitidamente empresarial: organização da produção para nutrição do tráfico atlântico. As condições específicas da situação colonial obrigaram a soluções híbridas ou impuras do capitalismo, como por exemplo, a associação do trabalho assalariado com o escravo, a fusão na mesma estrutura de atividades agrárias, industriais e comerciais. A isso podemos chamar

um *capitalismo atípico*, aquêles que era viável nas condições de vida coloniais.

Êstes burgueses, cristãos-novos ou velhos também, que chegavam mercadores, se enriqueciam passavam a senhorios de engenho e na retaguarda do engenho obtinham junto com a água, a propriedade de terras. Esta nova situação lhes permitia acelerar sua ascensão social facilitada pela pouca rigidez das sociedades de áreas pioneiras e pela distensão das resistências sociais que se desorganizavam. O domínio do engenho com sua clientela criava para seu possuidor uma situação de prestígio e fôrça e um ajustamento nôvo na constelação social. Fundiam-se cristãos-novos e velhos, e a descendência daqueles podia alcançar à fidalguia e apagar as prevenções e fazer esquecer as origens.

A presença dos cristãos-novos proporcionalmente grande na economia do engenho, a julgar pela experiência baiana, como cremos tenha ocorrido ao longo de quase todo o Brasil, mesmo fora do quadro das estruturas da economia do açúcar, dada a conjuntura econômico-social do tempo, significava sobretudo que a colonização, menos que obra da Corôa, ou da nobreza decadente, foi uma fórmula de expansão da burguesia em sua primeira florescência.

*
* *
*

INTERVENÇÕES.

Do Prof. *José Roberto do Amaral Lapa* (FFCL. de Marília. S.P.).

Diz que os resultados a que chegou o Prof. Eduardo d'Oliveira França com a pesquisa realizada sôbre os cristãos-novos na Bahia colonial são, ao seu ver, uma nova dimensão à sua atividade nos nossos primeiros séculos, que até agora pelos estudos que conhece limitam-se à emprêsa comercial, constatação essa que evidentemente apresenta profundas implicações econômico-sociais. Daí o grande valor dêsse trabalho em relação ao qual deseja levantar algumas questões motivadas apenas pelo desejo de obter informações que satisfaçam o seu interesse pelo assunto, que aliás mostra um ponto comum que tem com o Prof. França, isto é, a simpatia pela Bahia. Acredita, por outro lado, que a exigüidade de tempo de que dispõe o Prof. França seja a maior responsável pela ausência de informações para as quais solicita agora a atenção do Autor:

1º). — Desejaria saber se no processo de identificação dos cristãos-novos, usado pelo Prof. França em sua pesquisa, utilizou apenas documentação inquisitorial, ou se, para tanto, usou

também fontes de outra natureza e, neste caso, até que pontos os nomes lhe serviram de guia.

- 2º). — Pergunta se houve casos de transição de cristãos-novos da atividade comercial para a atividade empresarial dos engenhos. Em caso positivo, qual o mecanismo que permitiu essa transição, isto é, os recursos econômicos, as válvulas sociais, etc.? Na mesma linha de idéias apreciaria saber se houve cristãos-novos que foram ao mesmo tempo senhores de engenho e portanto, empresários, e mercadores?
- 3º). — Indaga quais as vinculações entre cristãos-novos senhores de engenho e cristãos-novos mercadores? Chegaram a articular-se para maior desembaraço e eficácia nas suas atividades?
- 4º). — Houve tolerância régia e mais do que isto, houve protecionismo estatal para os cristãos-novos que se tornaram proprietários de engenho?
- 5º). — A estrutura interna do complexo comunitário representado pelos engenhos de açúcar, de que eram proprietários os cristãos-novos, bem como a ação comercial que decorria desses engenhos guardava diferenças em relação aos engenhos dos cristãos-velhos?

*

Da Profa. *Helena Pignatari Werner* (Faculdade de Filosofia “Sedes Sapientiae” da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. SP.).

Pergunta:

- 1º). — A ascensão social pelo casamento fazia-se em que termos?
- 2º). — Com quem se casavam os cristãos-novos, uma vez que já eram ricos? Isso provocou a sua absorção total?

*

Do Prof. *Sebastião Romano Machado* (FFCL. de Franca. SP.).

Indaga:

- 1º). — Como veria o governo espanhol esta floração de cristãos-novos na Bahia, uma vez que a Espanha se debatia no problema dos cristãos-novos e mouriscos?
- 2º). — E no caso em que houvesse tolerância por parte da Corôa espanhola, ela seria apenas de ordem econômica ou haveria outras causas que interferiam?

*

Da Profa. *Sônia Aparecida Siqueira* (FFCL. da USP.).

Parece-nos de certa forma, demasiado exclusivo o papel atribuído, nas explicações, ao aspecto econômico da colonização em detrimento dos valores espirituais, mormente dos religiosos, presentes sempre nas intenções e nos agentes colonizadores.

Pergunta se a posse do engenho, oferecendo uma via de ascensão social, porque possibilitava casamento com as filhas dos grupos de cristãos-velhos, favoreceria a assimilação dos dois grupos: cristãos-velhos e cristãos-novos, criando assim na colônia uma assimilação rápida do elemento judaico impossível e inexistente na Metrópole? Quanto essa assimilação teria marcado a sociedade colonial?

*

Da Profa. *Célia Freire d'Aquino Fonseca* (FFCL. da Universidade Federal de Pernambuco. PE.).

Diz que segundo opiniões de estudiosos atuais da colonização européia na América, entre êles o Prof. Berthé, da Escola de Altos Estudos de Paris (e com certa semelhança o caso em que toca Lucien Febvre nos seus artigos sôbre os primeiros comerciantes e comerciantes intinerantes no início da chamada Idade Moderna na Europa Ocidental); na América Latina ganhava-se dinheiro no comércio e enterrava-se nas terras (como, outras vêzes, na Igreja).

Indaga pois até que ponto é isso verdade e em que época se deu isso na colônia?

*

* *

RESPOSTAS DO PROF. EDUARDO D'OLIVEIRA FRANÇA.

Diz o Professor:

Agradecemos ao Prof. *Amaral Lapa* as referências que faz à comunicação cujo resumo acabamos de apresentar, bem como a atenção com que acompanhou a apressada exposição que fizemos. As questões que propõe estão na linha da ativa e inteligente participação que vem tendo neste Simpósio, valorizando com suas intervenções os trabalhos que têm sido apresentados. Em relação às questões que levanta, devemos notar a presença entre nós de uma especialista, D. *Sônia Siqueira* que melhor poderia respondê-las. Todavia, como a palavra é nossa, intentamos fazê-lo.

A primeira delas diz respeito à identificação dos cristãos-novos. Basicamente nos utilizamos das fontes inquisitoriais, naturalmente as mais seguras para êste fim. Em alguns casos, como em relação aos

Brito Freire, por exemplo, encontramos indicações de outra procedência. Está claro que nestes casos há necessidade de confrontações, não bastando a simples ocorrência dos nomes nos textos do Santo Ofício. Precisamos saber quem é quem para não sermos eventualmente traídos por meras coincidências ou homonímias.

De outro lado, sempre podemos usar as genealogias, partindo da definição de cristão-nôvo na época: era cristão-nôvo quem tivesse ascendentes que o houvessem sido. Podia o indivíduo ser cristão-nôvo inteiro, se ambos os pais o fôsem, ou meio, ou quarto, ou oitavo de cristão-nôvo. Não é válido, em absoluto, o critério de determinação do *status* de cristão-nôvo pelos sobrenomes. Estes, conforme a época, dada a sua freqüência em certos meios, permitem, como hipótese inicial, suspeitar a condição de cristão-nôvo. Apelidos como Serrão, Mendes, Caldeira, Leão ou Ximenes. Em geral, pelos nomes confundem-se cristãos-novos e velhos. Ao serem batizados puderam os novos cristãos escolher livremente os apelidos cristãos que iriam adotar. As *Ordenações* os autorizavam a buscá-los até em famílias de solar conhecido, o que a outros era vedado. Desta forma passavam a ter sobrenomes de famílias de cristãos-velhos, mesmo das mais ilustres. Por isto, qualquer generalização neste particular nos induziria a erros. Em nenhum momento consideramos alguém cristão-nôvo pelo simples fato de se chamar Belquior, Baltazar ou Daví, ou de ser portador de sobrenome freqüente entre os cristãos-novos. Aliás, é de supor-se, na escôlha dos nomes ocorresse com freqüência o capricho de tomá-los os mais cristãos e antigos para melhor se disfarçarem as origens judias. A exploração da antroponomia é um procedimento tentador, e as verossimelhanças acentuavam as suspeitas e as possibilidades, mas preferimos as certezas às probabilidades.

À segunda questão sôbre a ocorrência de trânsito de cristãos-novos da mercância para o senhorio de engenhos, respondemos que os casos são muito freqüentes. Essa translação constitui uma das características do processo. Poderia citar a propósito muitos exemplos concretos desde Heitor Antunes chegado com Mem de Sá até Pero Garcia, Mateus Lopes Franco, Domingos Álvares de Serpa, Antônio Nunes Reimão, Lopo Fernandes d'Elvas, Manuel Rodrigues Sanches, Dinis Bravo, Simão Nunes de Matos, Francisco Dias Baião, e tantos outros. E' este justamente um dos aspectos sociais econômicos que procuramos acentuar em nossa comunicação. Nas *Confissões* e *Denúncias* encontramos expressa a dupla condição de "mercador e senhorio de engenho" apontada na qualificação de alguns desses homens como Pero Garcia, Rodrigues Sanches, Domingos Álvares, Nunes Reimão, Dias Baião. Eles acumulavam as duas formas de atividade econômica.

Quanto aos mecanismos do trânsito estamos menos seguros face à documentação que desapareceu. Parece-nos claro que os mercadores, cristãos-novos ou não, enriqueciam no tráfico, e com isto podiam dispor de capitais para investimento na empresa industrial rural que era o engenho. Perdidos os primitivos registros de sesmarias, não sabemos se muitos cristãos-novos obtinham as sesmarias com águas para engenho direta e imediatamente, e de posse delas promoviam sua ereção. Há casos assim, como o de Heitor Antunes, o de Diogo Lopes Ulhoa. Sabemos porém ao certo que obtinham engenhos comprando alguns já existentes, e, suspeitamos que talvez chegassem à propriedade deles, em razão de pagamentos de dívidas acumuladas por senhorios empenhados. Para período posterior, temos notícia de engenho que foi vendido em hasta pública. De outro lado, tudo parece indicar que, mediante compra ou encampação por dívidas, chegaram à posse de terras de lavradores de canas. Dispondo de capitais, podiam, havendo águas adequadas, acabar por fabricar engenhos, passando do *status* de lavradores ao de senhorios. Outra via é certa: a dos casamentos com herdeiras de senhorios de engenhos, casamentos facilitados pela fortuna que, como mercadores, conseguiam juntar. E' o caso de Pero Garcia ao casar-se com a viúva de Baltazar de Aragão, ou de Manuel Rodrigues Sanches que, pelo casamento, chegou ao senhorio do engenho de Matoim.

À terceira questão entendemos menos bem: vinculações entre senhores de engenho e mercadores cristãos-novos. Conhecemos ainda mal a intimidade dos mecanismos interiores da vida econômica da colônia. Na realidade não se podem opor cristãos-novos senhorios de engenho e cristãos-novos mercadores como grupos distintos. Constituíam eles a mesma gente a circular de uma para outra área, e as conexões entre uns e outros seriam basicamente diversas das que existiam entre quaisquer senhorios e quaisquer mercadores. Compreendemos que se possa indagar da existência de um espírito de clã. E' possível, mesmo provável, houvesse entre os cristãos-novos, dadas as afinidades decorrentes da condição comum, uma certa solidariedade. Em relação aos negócios ainda não encontramos evidências. Lembramo-nos de um depoimento de cristão-velho no qual se aponta essa solidariedade no plano social, mas não podemos precisar, aqui, êsse depoimento que era uma queixa contra o contraste que apresentava a desunião e desestima que havia entre cristãos-velhos.

Certo havia mais acentuada frequência de casamentos entre filhos de cristãos-novos de uma e outra condição, aliás, era tempo de muito casamento em família, também entre os velhos cristãos. Toda-

via, nada como círculo fechado, pois muitos casamentos, por conveniência social, eram com cristãos-velhos. Este aspecto do problema exige maior estudo: os genealogistas não gos'am de registrar cristãos-novos, mesmo tendo o cuidado de omitir esta condição. Havia também uma convivência social entre êles que as *Visitações* revelam: serões dêles em casa de Diogo Nunes de Lisboa ou de Simão Nunes de Matos. Reuniões suspeitas.

Não se pode porém perceber constituísem os cristãos-novos agrupamento isolado cujos membros procurassem combinar seus interesses em oposição, ou simplesmente à margem dos cristãos-velhos. Seria perigoso. Havia sim uma confraria muito rica a qual dominavam, e que supomos fôsse dos mercadores, e sem dúvida ajudavam-se uns aos outros, sem que buscassem ilhar-se num mundo separado, voluntariamente ou pressionados pelo ambiente. As condições da colonização favoreciam a miscibilidade entre velhos e novos cristãos e êstes haviam de tirar partido da situação propícia para mais depressa se integrarem, fazendo apagar-se na descendência o que então se considerava a mácula de origem. Esta atmosfera, por certo, favorecia também os cripto-judeus que persistiam explorando o afrouxamento das vigilâncias.

Que constituísem círculos de amigos e que entre muitos dêles houvesse maior convivência, ditada pela trama dos negócios, pelos parentescos, ou mesmo pela nostalgia residual da religião perdida e dos costumes, é de todo provável, e as *Denúncias* deixam entrever. Os preconceitos e desconfianças que suscitavam na Metrópole atenuavam-se na Colônia, mas não desapareciam por completo. As tertúlias em casa de um ou de outro eram mal vistas e comentadas. Ajudas e mútuos favores nos negócios? Não temos elementos para afirmar, mas deviam ocorrer. Certos indícios parecem sintomáticos: o caixeiro do rico Rodrigues Sanches era cristão-nôvo que se educara na Flandres — Luís Álvares; o jovem Manuel de Galegos acolhia-se em casa de Simão Nunes de Matos; o poderoso Pero Garcia tomava sob sua proteção homens de sua raça, ainda quando buscados pela Justiça.

À quarta questão respondemos que havia um clima de tolerância na Colônia. Vontade da Corôa, por razões de conveniência? E' de crer-se, dada a pouca presença do Santo Officio e a benignidade com que se houve então, quando das *Visitações*. Os pendores de rigor manifestados por Heitor de Mendonça, na primeira *Visitação* foram censurados por Lisboa. Umas cartas publicadas por Baião na revista *Brasília* o indicam claramente. Em relação à África existe uma carta rígia na qual se mandava contemporizar com os cristãos-

-novos. Quanto ao Brasil a mesma disposição de ânimo deveria ocorrer; desconhecemos porém prova concreta em texto expresso. Proteção especial do Trono aos cristãos-novos que se dispuzeram a largar a mercancia para investir em engenhos não houve. Os estímulos eram iguais para todos: a concessão de sesmarias e isenções fiscais por 10 anos. Não conhecemos outros. As moratorias de dívidas, chamadas “esperas” em tempos difíceis, que aliás descorrentavam muito aos mercadores, eram concedidas a todos os senhorios igualmente, bem como as limitações a parte das propriedades nas execuções judiciais dos débitos. Também os enfidalgamentos concedidos a título de serviços aos que se tornavam bastante ricos beneficiavam tanto cristãos-novos quanto velhos, fechando-se os olhos ao defeito de sangue impeditivo.

A última questão é difícil responder. Faltam informações das fontes sobre as estruturas íntimas dos engenhos para que se possam comparar engenhos de cristão-novos e engenhos de cristãos-velhos. Deviam ser a mesma coisa. Certo havia prescrições que vedavam aos cristãos-novos terem cristãos-velhos por servidores. Nada indica fôsem observadas na Colônia, se é que o seriam na própria Metrópole. Dos mecanismos comerciais o que sabemos é bem pouco para podermos apontar diferenças entre uns e outros. Favorecimentos em créditos, no fornecimento de escravos e equipamentos, maior boa vontade na compra dos açúcares por parte dos mercadores de nação? Talvez, mas simples presunção. Percebemos o interesse da pergunta e podemos imaginar que houvesse, cá e lá, alguma discriminação. Mas com suposições, mesmo quando psicológicamente prováveis, não se faz boa História. Lembramos uma denúncia de cristão-velho na qual se diz com certa irritação que os cristãos-novos ajudavam-se uns aos outros, mas seria excessivo com uma queixa apenas, e vaga, situar esta ajuda no campo das relações de negócios entre senhorios, ou entre êstes e os mercadores. Dos engenhos, as estruturas que conhecemos são de caráter geral e para épocas posteriores, não são bastante minuciosas para registrarem diferenças entre engenhos; temos pois de admitir que eram iguais para todos.

*

Pergunta-nos D. *Helena Pignatari* pela ascensão social do cristão-novo pela via dos casamentos. Sem qualquer dúvida isto ocorria e contribuía para a integração da descendência no meio social, apressando o esquecimento da indesejada condição. A questão é importante. Esta absorção em muitos casos foi completa e os sucessores, não raro nobilitados pela Corôa, vieram a constituir clãs tradicionais,

desaparecendo quaisquer reservas no ambiente. Estudos de famílias sem superstições heráldicas precisam ser feitos.

Um ou dois exemplos para ilustração, exemplos que estão no corpo do nosso trabalho. Pero Garcia, o riquíssimo Pero Garcia, senhor de quatro engenhos e que, já velho, veio a morrer à frente de homens seus, lutando com os holandeses na defesa da Bahia em 1624. E' um típico aventureiro da colonização cuja biografia, se escrita, e bem mereceria que se fizesse, poderia ser empolgante. Gostamos dêle. Insulano, andejo do Atlântico, prisioneiro de piratas que, de uma feita, o largaram na França, não sabemos ainda por que artes veio parar na Bahia, nem quando. No comércio, pois foi fornecedor do engenho do Conde, e na contratação de tributos, logrou enriquecer. Casou-se com Maria de Araújo, descendente, pela mãe, do Caramurú, e filha do rico Francisco de Araújo, senhor de imensa sesmaria e provavelmente mercador também. Maria era viúva do potentado Baltazar de Aragão que governou interinamente a capitania em defesa da qual morreu no mar ao repelir corsários, e cuja riqueza impressionou o viajante belga Francisco Pyrad. Este casamento permitiu-lhe colecionar engenhos e tornar-se figura de relêvo na Bahia, onde deixou importante descendência que se enfiadalgou. Não temos tempo para examinar esta descendência: seus filhos, seus enteados nascidos do primeiro casamento de Maria de Araújo. Tudo gente de escol. Basta lembrar que um dêles, Francisco Gil de Araújo, nobilitado, pôde, por 40 mil cruzados se não nos enganamos, comprar nada menos que uma capitania, a do Espírito Santo, sendo geralmente chamado o "Donatário" e senhoriar na Bahia enormes propriedades. E' a êle que o Pe. Simão de Vasconcelos, em têrmos laudatórios, dedica sua *Crônica*, sendo um dos grandes protetores da Companhia de Jesus, financiando a construção da nova Igreja dos Jesuitas, onde veio a ser sepultado nobremente em capela própria. Não sabemos se Francisco de Araújo, o sogro de Pero Garcia era cristão-nôvo, ou quem sabe, o próprio Baltazar de Aragão, o famosa Bangala que procedia da África e deve ter mercado escravos para enriquecer, embora tenhamos suspeitas neste particular. A verdade é que o cristão-nôvo Pero Garcia, típico aventureiro do século XVI, deixou linhagem de gente ilustre entre os grandes senhores de engenho. Sua posição perante o Santo Ofício foi um tanto escabrosa, mas não seremos indiscretos a seu respeito. Notamos porém que o Visitador de 1618 não quis ouvir duas escravas suas que podiam testemunhar suas fraquezas, tal era a consideração que inspirava. Uma nota marginal o diz expressamente.

Um segundo exemplo pode ser o de Manuel Rodrigues Sanches, cristão-nôvo e mercador enriquecido. Casou-se com D. Brites, fi-

Iha do fidalgo Bernardo Pimentel de Almeida, sobrinho do Governador Geral Luís de Brito, e partidário do Prior do Crato, vindo refugiar-se na Bahia, fugitivo das perseguições de Filipe II depois da derrota de D. Antônio. D. Brites por sua vez tinha sangue de cristão-nôvo, pois era bisneta de Heitor Antunes. Este casamento permitiu ao mercador Rodrigues Sanches herdar o engenho de Matoim, ao depois chamado engenho da Freguesia, historiado por Wanderlei Pinho. Morreu durante a ocupação holandesa em 1624, e bem suspeitamos houvesse tido ligações com o invasor. Tornou-se Rodrigues Sanches figura conceituada, pelo casamento. Sua descendência, duas filhas, não teve porém maior importância. O que importa acen-tuar é que o mercador enriquecido casou-se com fidalga e ascendeu ao senhorio de engenho.

A segunda questão respondemos que se casavam em todos os níveis, pois os cristãos-novos eram por sua vez de vária condição social; nem todos eram ou ficavam ricos. Havia o problema dos dotes: juntar riqueza com riqueza. Os que faziam fortuna como mercadores, comissários, arrematadores de impostos, êstes podiam casar-se melhor, procurando herdeiras também ricas. Cristãs-velhas, ou cristãs-novas também. Os casamentos com cristãs-velhas acele-rava sua integração e libertava a descendência das prevenções reli-giosas, mas não seria o caminho único para essa como que redenção. O rico Diogo Lopes Ulhoa, senhorio de engenho, casou-se com cris-tã-nova, e pôde, ao voltar, aconchegar-se ao serviço do Trono, mas seu filho Antônio Lopes Ulhoa alcançou ser provedor-mór da Colô-nia. Já o vianês Manuel de Paredes casou-se com uma filha do fi-dalgo Gaspar de Barros de Magalhães, e seu filho Agostinho de Pa-redes chegou a capitão em Passé, heroi das lutas com os holandeses, e casou-se, se não nos enganamos, com uma Dormondo, deixando larga descendência ligada a famílias principais da Bahia. Não temos pois dúvida em afirmar que, a par do enriquecimento, os casamentos foram uma das vias mais eficazes de assimilação dos cristãos-novos no Brasil.

*

As perguntas do prof. *Romano Machado* sôbre o comporta-mento do Governo espanhol em relação aos cristãos-novos da Bahia, res-pondemos que a política colonial no Brasil continuava, conforme os compromissos de Tomar, sob o domínio filipino a ser em geral diri-gida por Lisboa, de tal forma que a interferência da administração espanhola era reduzida. Além do vice-rei de Portugal, nem sempre espanhol, um Conselho de Portugal, em Madri, assessorava o mo-narca nestes problemas. O sistema fazia com que não houvesse na

Colônia portuguesa incidência de uma orientação tipicamente espanhola. Os problemas do Brasil eram resolvidos como dantes, com orientação portuguesa, salvo quando se projetavam no plano internacional, como a investida holandesa.

A afluência de cristãos-novos na Bahia, embora ligada às alterações da legislação régia, era problema português. A descida do Santo Ofício em 1591 e em 1618 foi indício de que provocava inquietações, sobretudo quando se suspeitava de sua fidelidade, fôsse por suas simpatias pela causa do Prior do Crato ao tempo de Filipe II, fôsse por causa de suas ligações com as praças holandesas onde havia, é fato sabido, uma grande colônia de cristãos-novos portugueses emigrados. As suspeitas eram grandes, e havia denúncias, mas nenhum interesse havia em perseguí-los na Colônia, onde, no tráfico ou nos engenhos, eram elementos essenciais.

Uma tolerância da administração metropolitana afrouxava a vigilância em torno da migração dos cristãos-novos para a Colônia, o que, em princípio, era proibido. Eles nutriam o tráfico, eles eram contratadores. Em outras palavras: eles rendiam para a Corôa, e tinham conexões com a alta burguesia peninsular. Talvez houvesse ainda outras razões menos visíveis. Pensemos, por exemplo, nas simpatias que lhes concedia a Companhia de Jesus. Ou, no alívio às tensões internas que podia significar sua saída da Metrópole. Ou na idéia que se poderia ter de que estariam menos perigosamente no Brasil do que em Amsterdão. Por desconfiança, por interesse ou por política, os reis espanhóis, de forma geral, não endureceram a Inquisição Portuguesa, e, apesar das reações de desgosto em Portugal, sua política foi a de pactuar ou negociar favores com os cristãos-novos portugueses, política à qual não foi estranha a Cúria Romana.

*

À pergunta de D. *Sônia Siqueira*, aliás conhecedora como poucos dos problemas da História da Inquisição, com os quais tem maior familiaridade que nós mesmos, porque a obteve nos Arquivos, podemos responder que a posse dos engenhos, sem dúvida favoreceu a assimilação. E não somente por causa dos casamentos dentro de famílias de prestígio como nos exemplos citados, mas também porque assegurava uma posição de comando na constelação social, o que fazia a todos, inclusive o clero, esquecerem as origens tismadas de seus donos. E ainda abria caminho aos enfeudamentos facilitados pela propriedade de terras, se não do fundador, ao menos de sua descendência, apesar dos empecilhos legais que se tornavam letra morta, ante a consagração da opinião na atmosfera colonial. Quem pela riqueza e parentescos podia levar vida de fidalgo, como fidalgo era

visto, num clima barroco. A posse de terras e a composição de uma clientela funcionavam para o cristão-novo senhorio de engenho, da mesma forma que para o cristão-velho: davam prestígio social que acabava por se traduzir em mercês régias. De fato, a sociedade colonial, sendo muito mais plástica, assimilou mais depressa e mais completamente aos cristãos-novos. As barreiras das prevenções e preconceitos, afrouxadas no mundo em efervescência, perderam a rigidez, favorecendo-se a miscegenização, em menor tempo. Os casamentos mixtos facilitados já constituíam indício de atenuação das reservas, e por sua vez contribuíram para reduzi-las ainda mais.

Quando à referência que fez, em sua exposição, à tendência que em nossa comunicação aparece a fazer girar tudo em tórno de motivações econômicas, sabe D. Sônia, que prepara seu doutoramento sob nossa orientação e que, aliás, auxiliou esta pesquisa, que esta não é nossa diretriz. Reconhecemos que, dada a natureza das indagações, esta impressão possa ocorrer, e no futuro, por coerência, trataremos de precisar certos aspectos aqui negligenciados para recomposição do equilíbrio da visão dos fatos históricos. Estamos de acôrdo em que, a par de preocupações de ordem econômica, de inspiração burguesa, mercantil, entre outras de natureza política ou cultural, houve também, para usar expressão sua, uma “colonização das consciências”, isto é, uma vontade de criar mundos espirituais cristãos que respondessem ao clamor da nova militância tridentina. E haveria no secreto das consciências dos cripto-judeus, uma esperança inconfessada, de natureza espiritual, de encontrar no país novo um clima de liberdade que lhes permitisse o retôrno à crença dos antepassados. Afinal, estamos de acôrdo.

*

Diz D. *Célia Freire d'Aquino Fonseca*, citando o prof. Berthe, que na América Latina ganhava-se dinheiro no comércio e entrava-se nas terras, indagando até que ponto isto é verdade no período colonial. Não conhecíamos a frase, mas se a tivéssemos conhecido, bem poderíamos tê-la usado em nosso trabalho. E' uma verdade colonial também. Já não temos tempo para explicar mais detidamente esta verdade em relação à área dos engenhos. Todavia em duas palavras podemos resumir. Grande número de senhorios de engenho obtiveram seus capitais no comércio, e quando os tiveram acumulados os investiram nos engenhos — fundando-os novos em sesmarias que obtinham, ou em terras e águas que adquiriam, ou ainda comprando engenhos existentes. Da mercancia passavam ao engenho. Feitos senhorios de engenho, não se tornavam desde logo, típicos agricultores, mas comprometiam-se com o cultivo da terra, e ficavam

expostos aos riscos dos lavradores — secas, mortes de escravos, quedas de preço do açúcar e assim por diante. E mais, seu nôvo *status* obrigava-os a um nível de vida dispendioso — tinham obrigação de viverem “à lei da nobreza”. Por esta e outras razões os senhorios de engenho viviam individados. São constantes as queixas neste sentido, sobretudo quando pedem concessões de “esperas”, isto é, de moratórias. De senhorios de engenho que faliram, só nos lembramos no momento de dois casos e tardios no século XVII: o de João Pais Florão (o neto) e o de Gregório Mendes Mesas. Todavia a expressão é relativa, pois tudo ficava na dependência de certas conjunturas econômicas. Com exploração de terras, ao longo da História do Brasil, formaram-se belas fortunas e, sem dúvida, grandes prestígios sociais. A passagem da mercancia à exploração de terra é um fenômeno frequente: do inverso não conhecemos caso, salvo talvez de alguns que retornavam a Portugal.